

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DALIANA AMORIM DA SILVA

JULIO CÉSAR MENEZES MARTINS

**A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL E ESTRUTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO NO BAIRRO MALVINAS EM
LARANJAL DO JARI - AP**

LARANJAL DO JARI – AP
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DALIANA AMORIM DA SILVA

JULIO CÉSAR MENEZES MARTINS

**A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL E ESTRUTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO NO BAIRRO MALVINAS EM
LARANJAL DO JARI - AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para a obtenção do título em Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Sociais, sob a orientação da Profª Ms. Iraci de Carvalho Barroso.

LARANJAL DO JARI – AP
2010

DALIANA AMORIM DA SILVA
JULIO CÉSAR MENEZES MARTINS

**A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL E ESTRUTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO NO BAIRRO MALVINAS EM
LARANJAL DO JARI - AP**

Data da aprovação: 16/02/2010

BANCA AVALIADORA:

Prof^a Ms. Iraci de Carvalho Barroso
Orientadora

Prof. Dr. Manoel de Jesus Pinto

Prof. Rogério Meireles

A Fé em Deus nos faz crer no incrível, ver o invisível e realizar o impossível.

(Autor desconhecido)

AGRADECIMENTO

Como a gratidão é uma virtude, não podemos nos esquecer de agradecer àqueles que nos enriqueceram durante o processo acadêmico.

Queremos agradecer ao supremo Criador pelos momentos felizes diários.

Agradecemos à nossa orientadora Prof^{ra} Ms. Iraci de Carvalho Barroso pela paciente busca pela excelência.

Agradecemos ainda a todos aqueles que não pouparam esforços ao fornecer as informações necessárias, dentre elas a pedagoga Veramoni Coutinho.

Somos gratos a todos os nossos familiares e amigos pelo apoio e incentivo.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo primordial identificar a violência física praticada por crianças e adolescentes residentes no bairro Malvinas em Laranjal do Jari, estado do Amapá, Brasil. Objetiva ainda identificar as causas e conseqüências de tais atos no cotidiano do adolescente laranjalense, bem como o papel da família neste processo. O estudo deu-se por meio da coleta de dados primários, através de entrevistas e aplicação de questionários direcionados aos adolescentes, suas famílias e profissionais que atuam com estes adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: violência física, infância, adolescência, família.

ABSTRACT

The primary objective of this research is to identify the physical violence practiced by children and adolescents who live in the county of Malvinas in the municipality Laranjal do Jari, in the state of Amapá, Brazil. It also identifies the causes and consequences of such acts in the daily routine of those children and adolescents, as well as the role of their families in this process. The research happened through the gathering of primary data, through interviews directed to the adolescents, their families and professional people whose work requires an interaction with those adolescents.

KEY WORDS: violence, childhood, adolescence, family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Arranjo Familiar.....	22
Gráfico 2: Famílias constituídas a partir de recasamentos.....	23
Gráfico 3: Regiões de origem das famílias.....	24
Gráfico 4: Renda familiar mensal.....	25
Gráfico 5: Número de filhos.....	29
Gráfico 6: Procedimento utilizado para educar (segundo os pais).....	31
Gráfico 7: Procedimento utilizado para educar (segundo os filhos.....	32
Gráfico 8: A quem crianças e adolescentes confidenciam os acontecimentos da vida.....	50
Gráfico 9: Resolução dos conflitos do dia a dia.....	51
Gráfico 10: Significado de violência para crianças e adolescentes pesquisados.....	52
Gráfico 11: Tipos de violência a que são expostas as crianças e adolescentes.....	56
Gráfico 12: Tipos de violência cometidas por crianças e adolescentes.....	57
Figura 01: Orla de Laranjal do Jari.....	43
Figura 02: Passarela de acesso de residências do bairro Malvinas.....	45
Figura 03: Vista aérea dos bairros de Laranjal do Jari.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – HISTÓRICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO	14
1.1 – Concepção da Criança e do Adolescente: enfoque histórico	14
1.2 - Concepção de família: da família tradicional à família contemporânea	16
1.2.1 – Constituição da família em Laranjal do Jari	21
1.2.2 – Família Organizada X Família Desorganizada e a Influência sobre a Criança e o Adolescente	27
1.2.3– A Família de Crianças e Adolescentes no contexto de Laranjal do Jari.....	30
2 – POLÍTICA SOCIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTO- JUVENIL	34
2.1 – Política Social no Brasil	34
2.2 – A Lei Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	36
2.2.1 – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	36
2.2.2 – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente	38
2.2.3 – A Lei: Estatuto da Criança e Adolescente	40
3 – A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL EM LARANJAL DO JARI	42
3.1 – Caracterização Sócio-Econômica da Cidade de Laranjal do Jari	42
3.1.1 – Perfil social das famílias de Crianças e Adolescentes do Bairro Malvinas	46
3.2 – A Violência infanto-juvenil no Bairro Malvinas.....	48
3.2.1 – O Uso da Violência física e o Meio de Sobrevivência	54
3.2.2 – Fatores implicadores de atos violentos no Bairro Malvinas	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado às crianças e adolescentes	67
APÊNDICE 2 – Questionário aplicados aos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes.....	68
APÊNDICE 3 – Entrevistas com agentes comunitários	69

INTRODUÇÃO

Uma análise da problemática da violência física infanto-juvenil no bairro Malvinas em Laranjal do Jari, no estado do Amapá demanda uma necessidade imperiosa de ampliar a abrangência do olhar para o Vale do Jari, (especialmente Laranjal do Jari, no estado do Amapá e o distrito de Monte Dourado, no Pará), pelo simples fato de que o bairro Malvinas não seria o que é se no lado paraense não fosse instalado o Projeto Jari, com a Fábrica de Celulose e a estrutura de cidade, que é Monte Dourado. Isso porque estas realidades, que social, política, cultural e economicamente são tão distintas umas das outras, estão, ao mesmo tempo, imbricadas tornando-as interdependentes.

Discussões em salas de aula, no curso de ciências sociais sobre questões sociais que fizeram com que despertasse nestes pesquisadores o interesse pelo tema em questão, recortando o Bairro Malvinas como um lugar onde há crianças e adolescentes envolvidos por um espectro numa realidade propícia a proliferação de atos violentos. O fato dos autores deste estudo morarem nas proximidades do Bairro Malvinas e observar a realidade daquele bairro foi determinante na escolha do tema e para a delimitação do problema da pesquisa: “Porque algumas crianças e adolescentes que residem no bairro Malvinas tornam-se violentas?” E ainda “O que diferencia estas crianças e adolescentes, o que os leva a assumir algum tipo de conduta violenta?”

Pela exaustão de comprovações que a história nos legou, não nos é permitido elucubrar qualquer associação entre a prática de atos violentos com a pobreza, pura e simplesmente.

Na busca pela resposta direcionou-se a atenção às relações estabelecidas no seio da família, analisando a qualidade das relações estabelecidas entre os pais e filhos para ver se os pais educam e disciplinam seus filhos através do diálogo ou da violência física.

A partir da problemática foi levantada a hipótese de que “a fragilidade dos vínculos familiares levam os filhos ao envolvimento com atos violentos.” Ou “A falta de educação familiar contribui para a formação de desajuste de crianças e adolescentes” e ainda a hipótese de que “O meio social de privações econômicas restringe as intervenções dos pais sobre seus filhos, deixando-os sem a elaboração de valores éticos e cidadãos”.

O estudo objetivou identificar que tipos de violência infanto-juvenil estão presentes no Bairro Malvinas, no município de Laranjal do Jari, analisando a relação estabelecida na família neste contexto, como propulsora e mantenedora de situações de violência.

Tal busca foi subsidiada pelos meios de investigação que adotou os procedimentos técnicos de levantamento bibliográfico de material publicado em livros, revistas especializadas, jornais, entre outros e Documental, pesquisados em órgãos públicos, como escolas, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para posterior análise dos mesmos. Além dos meios de investigação com procedimento técnico de levantamento telematizado, através do computador, internet e das telecomunicações.

Philippe Ariès (1981), Gilberto Freyre (1987), Sílvio Manoug Koloustian (2000), além de outros autores deram o embasamento teórico necessário para a implementação da pesquisa. Para traçar o levantamento das características sociais do município de Laranjal do Jari embasou-se principalmente nas obras de Cristovão Lins (2001), Daniel Araújo (2002), além de dados do Senso demográfico de 2005, do IBGE. Através do levantamento telematizado chegou-se aos trabalhos de Paulo Roney Ávila Fagúndez, Nivia Valença Barros (2009), Paulo Cicarelli (2009), dentre outros, que contribuiram para alicerçar teoricamente o trabalho.

Utilizou-se na pesquisa de campo a Abordagem Quantitativa que “considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, deve-se traduzir em números as opiniões e informações coletadas para classificá-las e analisá-las; requer o uso de recursos e técnicas estatísticas” (NERY, 2005, p. 15). Coadunando com isso Costa (2004, p. 243) afirma: “A análise quantitativa de uma pesquisa baseia em mensurações e no cruzamento de dados estatísticos. Fazem parte dela os cálculos de média e proporções e elaborações de índices e escala. A análise quantitativa decorre de técnicas específicas de mensuração, com questionários, com respostas de múltipla escolha”.

E embasou-se ainda na Pesquisa Qualitativa, que possibilita uma análise do fenômeno, e uma maior compreensão sobre o mesmo. Segundo Minayo (1994 p. 21-22) “A pesquisa qualitativa aborda um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes,

o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para Costa (2004, p. 243) “A análise qualitativa é a que utiliza mecanismos interpretativos e de descobertas de soluções e significados. Os recursos disponíveis para esse tipo de análise são entrevistas, observações, questionários temáticos e abertos, interpretação de formas de expressão visual como fotografia, pinturas e estudos de caso”.

A pesquisa foi realizada no Bairro Malvinas em Laranjal do Jari, em que para levantamento de dados primários adotou-se procedimento de uso de questionários, observação simples, para três categorias distintas, sendo um questionário especificamente aplicado para as Crianças e Adolescentes na faixa etária entre dez e dezessete anos), outro para pais ou responsáveis das crianças e adolescentes, e entrevista com profissionais que atuam com as crianças e adolescentes pesquisados, que têm uma intervenção privilegiada com o grupo pesquisado e que por isso puderam contribuir sobremaneira com a obtenção de dados para subsidiar o trabalho.

Foram aplicados 15 questionários para as crianças de 10 a 12 (dez a doze anos) e 15(quinze) questionários aos adolescentes de 13 a 17 (treze a dezessete anos) e entrevistas com profissionais que atuam na área diretamente com o público da pesquisa, o que perfaz um total de 45 informantes.

A escolha da faixa etária dessas crianças e adolescentes deu-se em função de um número significativo de casos de violência física praticado por esses jovens, onde muitos casos ocorrem exatamente no bairro Malvinas em Laranjal do Jari.

Este trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro, versa sobre a História da criança e do adolescente no contexto familiar contemporâneo e aborda a evolução das concepções de família que se estruturaram na história com o passar do tempo até a contemporaneidade. Ao se analisar o papel da família em situações de violência torna-se necessário um enfoque a cerca do tipo de organização da família e a Influência sobre a Criança e o Adolescente. Segue-se com a análise da família de crianças e adolescentes no contexto de Laranjal do Jari, em que se apresenta a situação da infância e da juventude laranjalense.

No segundo capítulo, que recebeu o título de *Política social de combate à violência infanto-juvenil*, procurou-se analisar como está estruturada a Política Social no Brasil, seguido pela explanação a cerca da Lei Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Adentrando

mais na realidade laranjalense, segue a abordagem a cerca do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente apresentando um histórico da sua constituição até o momento atual. Mesma linha segue-se com a apresentação da análise situacional do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente de Laranjal do Jari.

O terceiro capítulo *A violência infanto-juvenil em Laranjal do Jari* inicia trazendo a caracterização do município de Laranjal do Jari, enfatizando seus aspectos sociais e mais ainda a situação da infância e da juventude e suas famílias e procura traçar o Perfil Social das famílias de Crianças e Adolescentes do Bairro Malvinas, lócus da pesquisa. A parte seguinte do trabalho objetiva aprofundar a reflexão a cerca da violência física e o ato infracional, e aborda os fatores implicadores no ato violento, o uso da violência física e o meio de sobrevivência, bem como analisa as conseqüências destes atos. Finaliza com a explanação a cerca do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, com seu histórico enfatizando o clima do momento de sua criação, as mudanças que representou na luta pelos direitos fundamentais da infância e adolescência.

A partir do enfoque do âmbito familiar em que se inserem estes adolescentes, torna-se necessário conhecer a real dimensão de suas causas. A presente pesquisa visa contribuir para uma maior reflexão deste contexto social, possibilitando futuros projetos que venham a encaminhar estes jovens para a inclusão na sociedade.

1-HISTÓRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO

1.1- Concepção da Criança e do Adolescente: enfoque histórico

Lançar um olhar analítico sobre as concepções da Criança e do adolescente envolve necessariamente o questionamento acerca das formas de relacionamento existentes entre adultos e crianças, bem como a análise das práticas sociais existentes em cada período histórico brasileiro.

Para tanto igualmente necessário se faz analisar o percurso histórico da infância e adolescência no Brasil, enfatizando as concepções construídas em torno da idéia de infância, bem como sua relação com o Estado e efetivação de Direitos, pelo fato de que estas concepções marcam sobremaneira as relações sociais construídas em torno deste importante período da vida humana.

A análise traz de imediato a percepção de que a criança é considerada um ser da dimensão do porvir. Um ser incompleto, objeto de tutela e proteção, pela sua condição de incompletude.

Empreender, portanto, a busca da compreensão da concepção de crianças e adolescentes passam pelo estudo das concepções da infância, não com fim em si mesma, mas como meio de compreensão da sociedade brasileira de forma abrangente.

Há o entendimento de que essas concepções transcendem o âmbito de abstrações teóricas puramente, mas representam as construções sociais, arraigadas de valores, que engendram a estrutura social de dada sociedade.

Ariès (1981, p. 47) concentrou atenção nas diversas épocas da humanidade e percebeu como se expressava o sentimento da infância, com as naturais peculiaridades em relação às demais fases vindouras da existência humana. Atribuiu ênfase à iconografia infantil que representava a imagem das crianças como replicas dos adultos. Revelando a crença de então, de que a fase em questão nada mais era do que a uma mera fase de transição para se atingir a idade adulta.

No tocante à situação da infância no Brasil, Ariès (1981, p. 49) salienta que a classe social a que se pertencia definia drasticamente a concepção que se tinha a cerca desta fase. Sendo que as formas de tratamento para as crianças e adolescentes das classes abastadas eram caracterizadas por um cotidiano de valorização da educação. Já às crianças escravas era destinado um cotidiano de sofrimento, marcado pelo trabalho degradante, da utilidade como entretenimento para as crianças brancas e entretenimento sexual para os senhores, quando atingiam a puberdade.

Necessário se faz enfatizar que o modelo supramencionado, embasado nos estudos de Ariès, ainda prevalecem dada as devidas proporções, já que era feito de forma permitida e hoje de forma criminosa, como os pesquisadores constataram no momento de implementação desta pesquisa e como o senso comum já indica. Quem reside, trabalha ou simplesmente viaja para Laranjal do Jari e de alguma forma entra em contato com a área em que a pesquisa foi empreendida pode verificar flagrantes desta natureza, que por não ser o tema central do trabalho terá uma abordagem não digna da importância que a gravidade da situação demanda, em virtude da limitação de tempo a que os pesquisadores estão submetidos.

Moreira (2009, p. 02) enfatiza que na história das relações sociais no Brasil, a imagem da criança e o adolescente sempre se revelam expressando passividade frente à forte e opoente imagem do patriarca, simbolizando dependência e obediência a este.

Acrescenta ainda o referido autor, que as crianças e adolescentes submetidas à situação de abandono, ou que fossem levadas a cometer infração estavam sujeitas a intervenção de órgãos estatais. Em 20 de dezembro de 1923, surgiu a primeira regulamentação direcionada a estes sujeitos, com o decreto 16.272, que atribuía à pobreza a origem da delinqüência infanto-juvenil. Em 12 de outubro de 1927 surgiu o decreto Nº 17.343/A denominado Código de Menores, que instituiu a internação para crianças e adolescentes que se encontrassem nas situações supracitadas.

A concepção prevalecente na época concatenava a idéia de criança pobre com o perigo. Já que a situação de pobreza segundo tal concepção engendrava os delitos. Por isso o Código de

Menores de 1927, de acordo com o que explicita ainda Moreira, tinha a dimensão coercitiva dos sujeitos que praticassem atos delituosos, mas era desprovido da dimensão de garantia de direitos a todas as crianças e adolescente, assim como não garantia a proteção que essa importante fase de desenvolvimento demanda.

Isso prevaleceu durante todo o período da Ditadura Militar de 1964-1985, até que a Política Nacional do Bem-Estar do Menor propiciou meios de quebra do paradigma coercitivo e repressivo, atribuindo a dimensão educativa nas situações de internação. Porém, a concatenação da noção de pobreza e delinquência não se alterou. Inclusive foi reforçado pela Lei Federal Nº 6697 de 10 de outubro de 1979, que incorporou a noção ao Código de Menores de 1979, levando à cristalização do pensamento de que as crianças e adolescentes pobres representam um perigo constante para a sociedade pela propensão à prática de atos delituosos, que segundo tal pensamento, estariam condicionados.

A análise de todas essas concepções de infância possibilita a constatação de que o enfoque histórico a cerca da Criança e do Adolescente não é dotado de neutralidade, mas sim arraigado de conteúdo ideológico, que determina as construções sociais daí decorrentes. Isso implica que fatores como raça, etnia, gênero, geração e orientação sexual e especialmente a classe social condiciona a forma de se conceber a infância e a adolescência.

1.2- Concepção de família: da família tradicional a família contemporânea

A família é a instituição considerada como o espaço privilegiado de socialização e exercício da cidadania.

Ao entrar em contato com os diferentes arranjos familiares se pode constatar que a família não é uma instituição natural, como comumente se acredita, mas é uma instituição que adquire configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, que é a

reprodução. O modelo nuclear de família, que parece ser tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII.

Poster (1979, p. 51) aponta em seus estudos da teoria crítica da família que há quatro modelos de famílias: a família burguesa (século XIX); a família aristocrática (séculos XVI e XVII); a família camponesa (séculos XVI e XVII) e a família da classe trabalhadora (início da Revolução Industrial).

Estes modelos contribuem para um posterior entendimento sobre a família atual e as mudanças pelas quais o modelo que se tem hoje passou ao longo do tempo.

A família influencia de modo decisivo a formação psíquica da maior parte de todos os indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto pelos inconscientes. A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento. (HORKHEIMER, 1999, p.214).

Ao empreender a análise que enfoca as mudanças da estrutura organizacional familiar, os modelos e o lugar que as famílias ocupam numa dada sociedade ou segmento social, os estudiosos reconhecem a família como uma instituição de construção social, que como tal exerce influência e é influenciada pelas mudanças sociais contemporâneas, de forma nenhuma como uma instituição natural.

A família não é um núcleo isolado das demais instituições sociais. Ela é influenciada pelos aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais, bem como, os sócio-afetivos que permeiam as relações dos indivíduos na sociedade. Portanto o desajuste familiar se não é o fator determinante, é sem dúvida um fator que interfere sobremaneira no agravamento de situações de violência física e demais problemas sociais.

Na ênfase ao modelo predominante da família brasileira a idéia que se faz é a retratada na obra Casa Grande e Senzala, escrita por Gilberto Freyre no início do século XX. Para várias gerações de estudiosos, o modelo de famílias extensas do tipo patriarcal eternizado por Freyre foi o critério e medida de valor para se entender a vida familiar brasileira ao longo do tempo.

Porém, até as três últimas décadas pouco se conhecia sobre o perfil da família brasileira. Os escritos teóricos do francês Ariès (1981) sobre a história da família brasileira buscaram de uma forma ou de outra dar fundamentação a uma nova visão em que o modelo de família teria evoluído do tipo patriarcal predominante na Idade Média e princípios da era Moderna, para o tipo nuclear burguesa.

Segundo Habermas (1984 p.12), a constituição do espaço público na fase inicial do desenvolvimento da sociedade burguesa, ocorreu ao diferenciar o espaço público e privado, de forma que a família que se caracterizava como espaço de intimidade fosse se incorporando e se definindo cada vez mais na esfera privada, de modo que era submetida à regras ideológicas vigentes no novo sistema.

Entende-se então que se cristalizou o ideário de família como um local de comunhão verdadeira, já que as regras ideológicas da sociedade obrigam a família a agir muito mais como promotora de disciplina e repressão do que o contrário, submetendo a esfera da intimidade, autonomia, proteção e afeto a planos inferiores.

Koloustian (2000, p. 11-12) enfatiza que a “matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e dos demais membros, é independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando”.

Engels (1984, p. 66) enfatiza a evolução da família, partindo da sua inclusão nas relações sociais e econômicas. Para ele a família monogâmica surgiu como resultado do processo de usufruto dos seres humanos à propriedade privada, uma vez que nessa organização a transmissão da herança estaria resguardada.

Baseia-se no domínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. A família monogâmica diferencia-se do matrimônio sindiástico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. (ENGELS, 1984, p. 66).

Observa-se então que tal modelo de família estabelece os papéis delegados aos membros, sendo que ao pai cabe prover o sustento da casa, à mãe cabe cuidar dos filhos e do lar, e assim tem-se um espaço privado da família.

Com o decorrer do tempo à família burguesa ou família nuclear foram atribuídas nuances emocionais, em que ao casamento foi acrescido de romance, e a divisão de papéis sexuais nas relações da família contribuíram para a perpetuação deste modelo.

O marido era a autoridade dominante sobre a família e provia o sustento dela pelo trabalho na fábrica ou no mercado. A esposa, considerada menos racional e menos capaz, preocupava-se exclusivamente com o lar, que limpava e decorava. (POSTER 1979 p. 190).

Ariès (1981, p. 223) enfatiza o surgimento da família burguesa ou família nuclear através de um novo sentimento que surgia a partir do século XV e XVI, amplamente representado pela iconografia, que apresenta, através de suas pinturas e representações gráficas, a evolução da concepção que se tem de família, composta por pai, mãe e filhos.

Guerreiro (2009, p. 02) aborda que a fronteira entre famílias tradicionais e famílias modernas é muito tênue. Se no passado a família se constituía como uma instituição com sólidos laços conjugais, contemporaneamente, por exemplo, através do divórcio a família tradicional pode fazer a transição, levando-a a adotar um novo arranjo familiar, como a monoparental ou mesmo a família de novas uniões. Muitos outros exemplos de famílias modernas surgem, tais como as famílias adotivas, as famílias homossexuais, etc.

Entende-se que cada vez mais, os filhos são criados em outros arranjos familiares, distintos do tradicional. Multiplicam-se casos de famílias monoparentais, famílias reconstruídas após o divórcio, famílias monoparentais chefiadas pelas mães, que trabalham fora e dividem os cuidados dos filhos com outros, famílias formadas pelas crianças e seus avós.

Isso explicita o fenecimento da família tradicional, que acompanha as mudanças contemporâneas. O controle da natalidade, o divórcio, as uniões homossexuais, a tecnologia

reprodutiva, influenciam, sobremaneira o surgimento de novos arranjos familiares. A família moderna é conceituada como:

Uma unidade social, que pode, então, ser definida como um grupo relativamente permanente de pessoas relacionadas por ascendência ou matrimônio ou adoção ou intimidade afetiva, que vivem juntos e formam uma unidade econômica e onde os adultos assumem a seu cargo as crianças. (GUERREIRO. 2009. p. 02).

Percebe-se que aquela família que a iconografia representava com a figura do pai, mãe e filhos, pode assumir hoje muitas outras formas de constituição, sendo que o tipo de família, se nuclear, monoparental ou outro arranjo, não assegura se ela é uma família organizada ou desorganizada.

Como já mencionado neste trabalho a família é influenciada pela estrutura social a que está atrelada, sendo assim as estruturas familiares têm sido marcadas pelas mudanças ocorridas na sociedade, tanto no que se refere à divisão social do trabalho, como pelo reordenamento dos papéis sociais.

Dessa forma a instituição “família” contemporânea é:

Uma unidade extremamente complexa; enquanto grande mobilidade geográfica, através de migrações, separações, dissolução de veículos; Contendo relações não necessariamente estáveis; Como experiência de recomposição, recasamentos e rearranjos internos formando extensas redes sociais; Como grupos de amigos e vizinhos, surgindo outros dispositivos que substituem a idéia tradicional de marido-mulher-filhos. (CABRAL, 2000, p. 9)

Ainda segundo Cabral (2000, p. 02), em termos históricos, pode-se agrupar as transformações sofridas pela família ao longo de décadas, de forma que nos anos 50 a visão de família centrava-se na figura de marido, mulher e filhos, com residência comum e um vínculo indissolúvel, sendo este o único modelo legítimo da sociedade. Já nas décadas de 70 e 80, o modelo familiar se torna complexo e vulnerável, pois surgem as separações dos casais e conseqüentemente em recasamentos, onde existem filhos de diferentes ligações.

Observa-se então que a partir dessa dissolução da família que começa a acontecer na década de 70, nos anos 90 surgem novas estruturas familiares, onde os vínculos se tornam transitórios, e o modelo da família monoparental surge principalmente nas classes menos favorecidas.

Diante disso torna-se evidente que ao se falar em família é imprescindível ter o cuidado de não generalizar a reflexão e sim contextualizar a família dentro de sua época e de seus aspectos étnicos, religiosos, econômicos, etc.

1.2.1- Constituição da família em Laranjal do Jari

A pesquisa realizada no Bairro Malvinas, possibilitou um olhar mais abrangente sobre os tipos de família presentes na realidade laranjalense, sobretudo, na formação de crianças e adolescentes do Bairro Malvinas, recorte traçado na totalidade do município pelas peculiaridades que apresenta e que motivou a um aprofundamento. Aliás, o Bairro Malvinas é emblemático para Laranjal do Jari, pois é aquele que mais se identifica com o município, uma vez que muitos consideram que o município de Laranjal do Jari começou na orla do rio Jarí, mais precisamente no Bairro Malvinas.

No ano de 2000 o Grupo Orsa¹ encomendou da Universidade de Viçosa, de Minas Gerais um diagnóstico social do Vale do Jari, visando subsidiar a criação dos projetos sociais que seriam desenvolvidos pela Fundação Orsa na região. E em consonância com estes estudos a pesquisa implementada por estes pesquisadores no Bairro Malvinas revelou um baixo índice de família seguindo o arranjo nuclear tradicional, ou seja, constituída pela união de pai, mãe e filhos. Enquanto que no Brasil o modelo nuclear é predominante, na área pesquisada de Laranjal do Jari predomina o modelo de família monoparental, chefiada pela figura feminina².

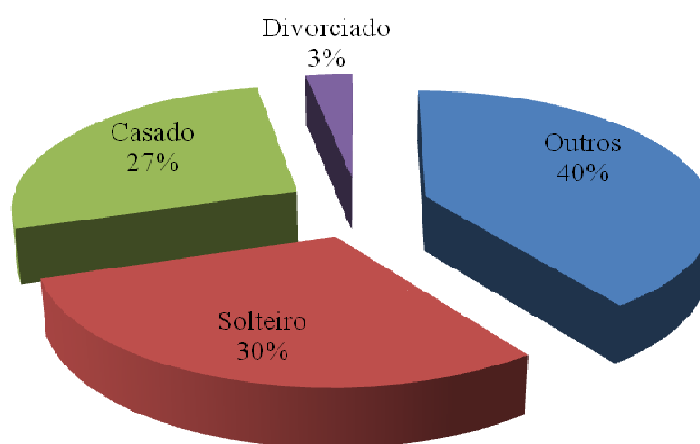
¹ O Grupo Orsa é um conglomerado de capital integralmente brasileiro, criado em 1981, composto por quatro empresas (Orsa Celulose, Papel e Embalagens, Jari Celulose, Orsa Florestal). Ao adquirir a Jari Celulose em 2000, instalou na região do Vale do Jari a Fundação Orsa, que mantém, projetos sociais que visam a construção da cidadania e a inclusão social. (LINS. 2001, p. 59)

² Não é objeto deste estudo investigar, a questão da mulher como chefe de família, no entanto vale ressaltar a importância desta participação feminina, que vem ganhando espaço, saindo do privado para o público. “As feministas enunciavam um discurso valorizador da esfera privada e da função de mãe, de um lado, não abandonando de outro a firme idéia de que deveriam ascender ao mundo em condições de igualdade com os homens” (RAGO. 1995/1996, p. 26)

Outra característica encontrada por esta fundação é a presença de arranjos temporários, com casos de crianças e adolescentes sendo cuidadas por parentes (tios ou avós) ou por vizinhos ou amigos, em virtude da ausência dos pais para trabalho nos garimpos, ou em outras regiões

GRÁFICO 1: ESTADO CIVIL

Na realização de questionários com pais de crianças e adolescentes no Bairro Malvinas fez-se a pergunta sobre o estado civil para verificar se as referidas crianças e adolescentes convivem com pai e mãe, só com a mãe, ou só com o pai, com padrasto e mãe ou com madrasta e pai.



Fonte: Pais ou responsáveis pelas crianças ou adolescentes do Bairro Malvinas. 2009

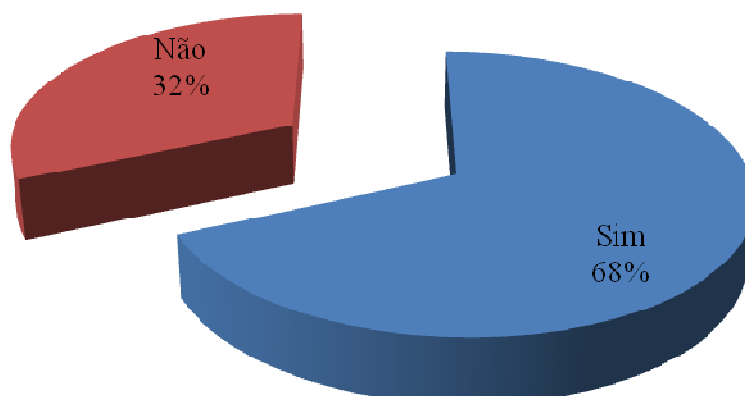
Segundo dados coletados apenas 27% das famílias pesquisadas são chefiadas por pais e mães casados legalmente, 30% das famílias são monoparentais, onde os filhos são criados somente por seus pais ou somente por suas mães, 40% desta população pesquisada vive outros tipos de união e apenas 3% são separados legalmente, divorciados.

Conforme afirma Martins (2005, p 37) é importante ressaltar a importância do movimento feminista no contexto brasileiro, pois este resguardou um novo lugar para a mulher. Com maior liberdade, evolução dos métodos contraceptivos e com aumento da incidência de divórcios, houve uma mudança significativa sobre as representações de casamento.

Observa-se então que muitas famílias estão em novas uniões, o que resulta na criação dos filhos com a presença de madrastas e padrastos. Os recasamentos (muitos sem vínculo forte) são constantes e levam a fáceis rupturas e novas uniões o que resulta em filhos de diferentes pais.

A partir dessa desestrutura familiar presente no bairro pesquisado constatou-se que o índice de trocas de parceiros é muito constante, impossibilitando assim com que famílias tenham laços definidos e conseqüentemente vínculos afetivos sólidos.

GRÁFICO 2: CONSTITUIÇÃO FAMILIAR ANTERIOR A FAMÍLIA ATUAL



Fonte: Pais residentes no Bairro Malvinas. 2009.

A pesquisa feita às famílias do Bairro Malvinas aponta para um grande número de rearranjos familiares, em que se verificou que 68% já tiveram outras uniões anteriores, enquanto que 32% informaram conviver na mesma união, estes sendo casados legalmente ou não.

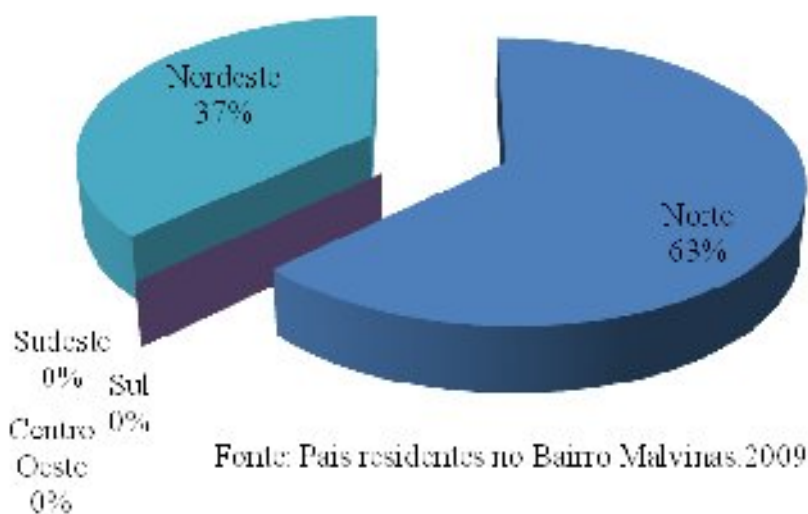
A partir da pesquisa realizada observou-se que muitas crianças e adolescentes não se adaptam à nova constituição familiar, pois estes jovens vêm de educações diferentes.

Especialmente quando padrastos e madrastas trazem filhos de outros casamentos, onde a educação se dá na maioria das vezes de forma diferenciada.

Apesar dos dados coletados apontarem neste bairro para a predominância de famílias organizadas de forma diferente do modelo nuclear, não se pode concluir que este é o fator que engendra a proliferação de atos violentos pelas crianças e adolescentes, mas contribui para a fragilidade nos vínculos familiares.

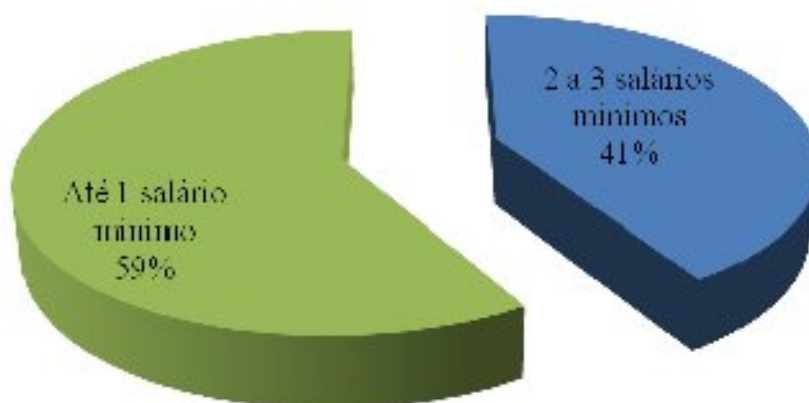
O principal fator na formação cultural de Laranjal do Jari é o processo migratório, e a formação étnica da comunidade e que é composta pela diversificação de pessoas que vieram de outras unidades da federação. Existe, portanto, grande mistura de contingentes, diferenciados por sua origem e condição e uma grande variedade cultural destes grupos sociais, o que, convenientemente potencializado, pode gerar manifestações de grande riqueza.

GRÁFICO 3: REGIÕES DE ORIGEM DAS FAMÍLIAS



Da população pesquisada 63% são de origem nortista e 37% das famílias são advindas da região nordeste. Só o fato de nortistas e nordestinos dividirem o mesmo lugar já cria a possibilidade de conflitos como tem mostrado a história da ocupação da Amazônia, mas não vem ao caso esmiuçar tal condição agora. Em Laranjal do Jari, é grande o número de casos de trabalhadores informais e que garantem a subsistência da família com trabalhos eventuais, onde o nível da renda mensal é baixo, impossibilitando assim, esses pais de proverem um sustento adequado a seus filhos.

GRÁFICO 4: RENDA FAMILIAR MENSAL



Fonte: Pais residentes no Bairro Malvinas, 2009.

No que se refere à renda familiar, os dados revelaram que 59% ganham até um salário mínimo, muitos são beneficiados por programas sociais do governo federal, o que representa um impacto positivo no orçamento doméstico, e 41% das famílias pesquisadas revelou ganhar de 2 a 3 salários mínimos.

O grupo social que compõem a população da pesquisa é na grande maioria, advindo de famílias de baixa renda, e muitas famílias são monoparentais, tendo na maioria das vezes, apenas a mãe como referência familiar. De modo geral estas famílias tiveram a escolaridade

comprometida em função da falta de oportunidades e em virtude disso não têm boas condições de subsistência.

O ambiente familiar apresenta-se com frágeis laços de afeto, manifestos em diversos conflitos, que resultam em degradação familiar. Tudo isso aliado à falta de políticas públicas que assegurem educação, saúde, trabalho, emprego, moradia, etc. resulta na situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social dos jovens, que cedo já acumulam histórico de vandalismo.

O relato da pedagoga Veramoni Coutinho, que coordenou por cinco anos o projeto social da Fundação Orsa que atendia a 200 (duzentas) Crianças e adolescentes advindos das Malvinas e adjacências tece um panorama da realidade. Após o fim dos projetos, criou com amigos, muitos deles educadores que atuavam na Fundação Orsa, a instituição social EDUC (Associação de Promoção da Educação e Cidadania do Vale do Jari), que desenvolve um projeto que atende 60 crianças e adolescentes com atividades de recreação, arte, reforço escolar e principalmente orientação para elaboração do projeto de vida dos atendidos.

A realidade da região das Malvinas é impar. Deparei-me com esta realidade quando cheguei ao Vale do Jari e ao pisar na passarela das Malvinas tive uma verdadeira imersão sociológica. Conheci crianças e adolescentes vivendo em meio a adultos drogados, violentos, alcoolizados. No bairro existem muitas famílias bem estruturadas, criando bem seus filhos, mas existem muitos casos de negligência, de abusos. [...] Atendíamos no projeto um menino lindo, de nove anos, um exímio dançarino, muito inteligente e ativo. Um dia ele faltou nas atividades e descobri que tinha dormido alcoolizado na passarela. A mãe era alcoólatra e a única pessoa da sua família, moravam apenas os dois. Que opção a criança teria?! Uma vida em formação que é diariamente submetida a essas influências carece de uma firme intervenção para trilhar outro caminho. O que queremos com o projeto Pró-Vida da EDUC é exercer uma influência positiva que possibilite à criança e ao adolescente um contraponto em relação às influências que ele recebe.

O depoimento da pedagoga, a observação e o estabelecimento de diálogos com moradores do bairro Malvinas mostram que é extremamente difícil que as crianças e adolescente que estão submetidos a estas influências consigam traçar o seu projeto de vida e tenham a oportunidade de escolher uma vida diferente da que estão vivenciando, na família, com os vizinhos e todos em sua volta.

A fragilidade nos vínculos familiares, que resulta na degradação familiar e na prática de atos de violência física é presente na realidade laranjalense o que pode ser constatado na pesquisa realizada.

1.2.2- Família Organizada X Família Desorganizada e a Influência sobre a Criança e o Adolescente

Cabral (2000, p. 9) trabalha vários conceitos de família, alguns complementares outros até divergentes. A autora trabalha vários conceitos, entre eles, o conceito de Gilberto Freyre em que família é um sinônimo de família patriarcal e extensa, típica do período colonial, instituição vertical baseada no parentesco, lealdades pessoais e territoriais. Para Holanda, Família são as pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos: pessoas do mesmo sangue, ascendência, linhagem e estirpe. Outro conceito que a autora trabalha é o conceito de família aceito pela ONU, que é amplamente aceito no meio social que afirma que família é a gente com quem se conta.

Observa-se que na contemporaneidade, é significativo o número de famílias em que apenas um dos pais assume a guarda e a assistência dos filhos em todos os aspectos, desde a tarefa de educar, prover, socializar, até suprir necessidades afetivas e materiais.³

A grande maioria das famílias monoparentais é chefiada pela figura feminina, porém verifica-se também um crescimento de famílias monoparentais chefiadas pelo homem. Mas em qualquer das situações, pai/mãe é papel de um só, o que pode confundir seu desempenho. É comum as famílias monoparentais não equilibrarem o exercício da autoridade e o exercício da afetividade.

O fato, porém da família ser constituída por pai mãe e filhos não garante que seja um espaço que propicia os aspectos afetivos e o bem-estar dos seus componentes. Uma família pode

³ Estas famílias são conhecidas como famílias monoparentais, o desempenho do papel de pai/mãe está centralizado em uma só pessoa, aumentando a sobrecarga no sustento da família, assim como no exercício de autoridade, na imposição de limites aos filhos quando em fase de desenvolvimento.

ser chefiada por um dos pais biológicos, por pais adotivos, ou por outros parentes e mesmo assim ela pode desempenhar um papel de fomentadora dos valores éticos e humanitários que irão alicerçar a vida futura dos seus integrantes.

Portanto, não é o arranjo familiar que irá determinar se uma família é estruturada ou desestruturada e sim a qualidade das relações nela estabelecidas.

Esse fato pôde ser verificado na pesquisa que revelou casos em que os filhos pertenciam a famílias monoparentais ou a família de rearranjos internos, mas que encontraram de alguma forma, meios de desenvolvimento saudável, podendo contar com alguém para suprir suas necessidades de cuidado, orientação, afeto, mesmo que não tivessem a figura do pai e mãe, juntos empenhados na educação tiveram outras figuras que desempenharam essas funções sem prejuízo para a conduta da criança e do adolescente na família e na sociedade.

Por outro, lado verificou-se a existência de famílias que um olhar superficial poderia classificar como família estruturada por ser constituída pela figura do pai, mãe e filhos, mas que o olhar mais atento revelou que, apesar da presença física dos pais e mãe juntos na casa não garantiam o estabelecimento de vínculos necessários para o pleno desenvolvimento dos filhos e filhas, levando-os a crescer sem referência de família, buscando orientações e diálogo na rua, levando, em alguns casos ao envolvimento em atos de vandalismo e violência física.

O depoimento do Sr. Bismarck⁴ é emblemático sobre essa realidade:

A família é tudo para a vida da pessoa, perdi minha mãe cedo, meu pai não era muito presente, precisava viajar para Belém, onde trabalhava e passava uma temporada em casa e outra longe. [...] A gente passou a ficar só em casa, eu a Jeane e o Caio. E a gente tinha que resolver tudo sozinhos, a gente teve que aprender a se virar. Eu e o Caio era da Fundação Orsa e conversava com os educadores. A Jeane era muito amiga de uma vizinha nossa e conversava muito com ela. Um monte de amigos nossos eram metidos com gangue e se metiam em briga. [...]. A mamãe conversava muito com a gente, ensinava tudo pra nós e quando ela morreu a gente já sabia muita coisa e sabia escolher o caminho certo.

⁴ Educador social do Conselho Tutelar de Laranjal do Jarí . Entrevista concedida em 11/12/2009.

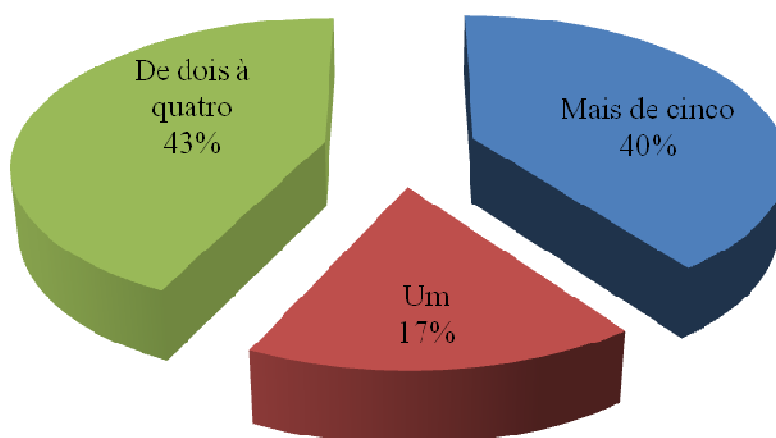
A morte da mãe e a ausência do pai poderia ser motivo para que os filhos se envolvessem com atos de vandalismo ou se rendessem aos convites dos “amigos” para prática de delitos, mas o depoimento do jovem revela a importância das influências positivas que tiveram, seja dos educadores da Fundação Orsa, seja de vizinhos, e especialmente da base que a mãe deixou formada.

Em contraposição a isso se coletou relatos de jovens que mesmo morando com os pais biológicos não tiveram influências positivas, não estabeleceram vínculos familiares e foram facilmente alvejados pelos apelos de práticas de atos delituosos.

Por muitas vezes o número elevado de filhos e uma renda familiar baixa impossibilita os pais de darem um suporte adequado às necessidades básicas dessas crianças e adolescentes.

Veja o gráfico na página seguinte:

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE FILHOS



Fonte: Pais residentes no Bairro Malvinas. 2009.

Os dados coletados com os pais revelou a quantidade de filhos em cada família. Obteve-se que 17% das famílias têm apenas um filho, 43% das famílias tem de dois a quatro filhos e

40% têm mais de cinco filhos, o que significa dizer que na maioria dos casos, as famílias pesquisadas têm um número significativo de filhos, propiciando assim um aumento no custo familiar, fazendo com que os pais desdobrem-se para possibilitar o necessário para seus filhos e possivelmente se ausentando do lar, diminuindo ainda mais o tempo em que deveriam se dedicar à educação dos seus filhos.

1.2.3- A Família de crianças e adolescentes no contexto de Laranjal do Jari

A partir de 1970, com a instalação do Projeto Jari, o município de Laranjal do Jari passou a sofrer um inchaço populacional provocado por expectativas de emprego. De diversas regiões chegavam contingentes de pessoas, que devido ao baixo nível de escolaridade não encontravam oportunidade de trabalho. Outros eram demitidos e optavam em não voltar para a terra de origem e com isso na outra margem do rio Jari, se desenvolveu a cidade de Laranjal do Jari, sem infra-estrutura urbana. Fenômeno semelhante se registra na implantação dos demais empreendimentos desenvolvimentistas da Amazônia, que o governo implementou nos anos 70 denominados “Grandes Projetos da Amazônia” (ARAÚJO. 2002, p. 11).

Com a concentração urbana no município nesta época, deu-se como conseqüência a falta de saneamento básico, poluição das áreas habitadas e dos rios, elevados índices de prostituição (inclusive infanto-juvenil) e acentuada desestruturação urbana, a qual é refletida no interior familiar de alguns moradores que ali habitam.

Partindo desse quadro, é comumente observada a existência de famílias que vivem na informalidade, e com um ganho econômico insuficiente para promover o bem estar necessário, de alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação.

Acrescido a isso, a proximidade com o alto padrão de consumo da vizinha Monte Dourado e de outras classes sociais do próprio município, eleva a expectativa de consumo, sobretudo entre os jovens, que buscam sobreviver dentro dos padrões impostos pela sociedade

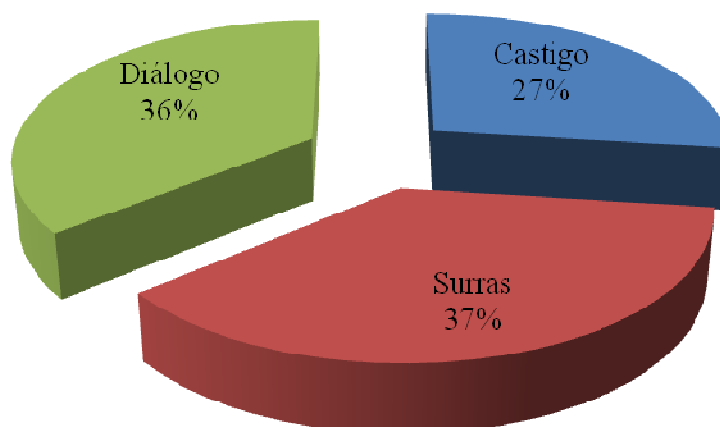
capitalista enfiados goela abaixo pela mídia, mas de formas inadequadas e por vezes lançando mão de práticas ilícitas e violentas.

Através de aplicação de questionário direcionado aos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes pesquisados constatou-se de forma mais apurada o que as observações apontaram.

Segundo o estudo realizado observou-se que em sua maioria, as famílias dessas crianças e adolescentes do bairro Malvinas têm um número significativo de filhos e uma renda mensal muito baixa para o sustento das necessidades básicas destes. E por muitas vezes impossibilitados de assumir seus filhos de forma razoável, passam a não atender a certos critérios que possibilitam uma educação adequada, se utilizando de diversos processos violentos que podem transferir aos filhos e esses por sua vez transferir para a sociedade, de forma violenta.

O gráfico na página seguinte ilustra que muitos dos pais não abandonaram a antiga maneira de pensar que educar um filho passa necessariamente pelo castigo físico.

GRÁFICO 6 – PROCEDIMENTO QUE OS PAIS UTILIZAM PARA EDUCAR OS FILHOS



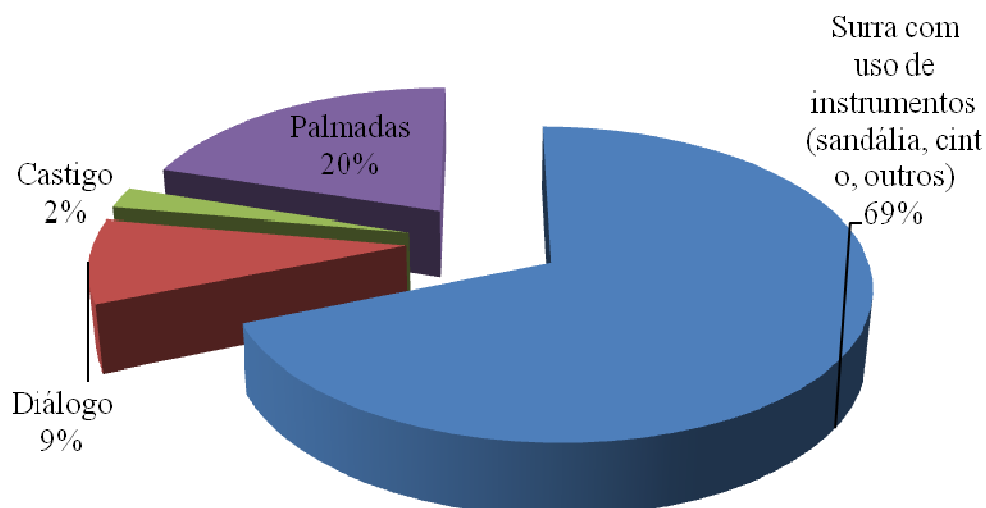
Fontes: Pais residentes no Bairro Malvinas. 2009.

Diante dos dados coletados com os pais de crianças e adolescentes, observou-se que existem diferentes formas de educar seus filhos. E quanto aos procedimentos utilizados, 36% dizem dialogar com os filhos, 27% revelaram que não dialogam, mas tentam educar seus filhos através de castigo e 37% dizem se utilizar de surras para corrigir e educar seus filhos.

Neste contexto se percebe na população pesquisada, na maioria dos casos, a presença da violência doméstica. Sobre estes procedimentos, de castigos e surras há violência praticada por pais e mães contra seus filhos, muitas vezes sob o pretexto de exercer o seu pátrio poder de disciplinar e corrigi-los.

Sobre esta questão, Faleiros, (2000, p. 08) evidencia que violência doméstica ou intrafamiliar, é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que permeia todas as relações humanas, e todas as camadas sociais.

GRÁFICO 7 – MEIOS UTILIZADOS PELOS PAIS PARA EDUCAR, SEGUNDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Fonte: Crianças e Adolescentes residentes no Bairro Malvinas. 2009.

Os relatos das crianças e adolescentes ouvidos na pesquisa de campo são emblemáticos da realidade, mesmo que de forma moderada, a prática de violência física na família é uma constante e vai desde as palmadas até surras com uso de instrumentos, onde 69% desses jovens dizem que os pais se utilizam de surras com uso de instrumentos, como sandália, cinto ou outros tipos de objetos, 9% dizem que os pais dialogam com eles na hora de educar, 2% afirmam que seus pais preferem educá-los se utilizando de castigos e 20% dessas crianças e adolescentes pesquisados afirmam receber palmadas dos pais como forma de correção.

Os gráficos 6 e 7, mostram um comparativo entre o que os pais e as crianças e adolescentes dizem sobre os procedimentos utilizados para se educar, os dados coletados revelaram que existe uma discrepância entre as respostas, que identificam a distância existente entre o real e o ideal na maneira de como os pais educam seus filhos. Por mais que os pais tenham a concepção que o diálogo é o procedimento mais apropriado nessa relação, na hora de “discipliná-los” recorrem a certos tipos de violência doméstica como surras e castigos desnecessários.

Diante dos gráficos analisados, pode-se dizer que a família é um espaço privilegiado de convivência, e deve propiciar o desenvolvimento pleno do indivíduo, porém os conflitos e tensões a que os pais estão submetidos e as formas de enfrentamento das situações desagradáveis podem desencadear atos de violência contra os filhos e posturas autoritárias, baseadas na opressão, ao invés de atitudes democráticas e dialógicas.

2- POLÍTICA SOCIAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA INFANTO- JUVENIL

2.1- Política Social no Brasil

Camargo (2009, pg. 77) afirma que a Política Social do Brasil é implementada através dos programas sociais de redução das desigualdades, na distribuição da renda e na redução dos níveis de pobreza, decorrentes de falhas no funcionamento dos mercados. Em virtude das assimetrias nos níveis sociais que o mercado gera, surgem as políticas sociais com o intuito de contrabalançar estas assimetrias.

Acrescenta a autora que os programas sociais e a Política Social do Brasil como um todo objetivam criar uma rede de proteção social para todos os cidadãos do país, fazendo com que, diante de imprevistos como desemprego, acidentes no trabalho, doença, etc., ou em face de situações previsíveis, mas que os cidadãos, por alguma razão, não conseguiram antecipar adequadamente, como a perda da capacidade de trabalho devido à idade avançada, pouco investimento em capital humano, etc., consigam manter um padrão de vida mínimo adequado à sua sobrevivência.

A autora afirma ainda que no Brasil os gastos com aposentadoria e pensões representam um terço da arrecadação tributária do país, resta, portanto, muito pouco para ser gasto com outros programas sociais, principalmente com aqueles destinados às crianças, em especial, com educação fundamental. A educação é considerada o principal mecanismo de ascensão social e econômica das famílias pobres, pois possibilita a acumulação de capital humano.

Sabe-se que os aparelhos ideológicos de estado atuam através da ideologia (religião, mídia a família), e segundo Althusser a escola seria o aparelho ideológico central porque age imensa parte da população por um grande período de tempo e prepara o seu currículo ideologicamente utilizando as matérias escolares para a transmissão dos valores da classe social dominante. Bourdieu e Passeron afirmavam que se adquire o Capital Cultural predominantemente na socialização familiar primária. Ainda segundo estes autores, outra fonte importante de transmissoras de cultura são as escolas e universidades.

Bourdieu e Passeron (1975) afirmavam que se adquire o Capital Cultural predominantemente na socialização familiar primária. Acrescentam estes autores, outra fonte importante de transmissoras de cultura são as escolas e universidades. Eles apontam que o sistema escolar é reprodutor social do capital cultural da classe social dominante, ou seja, aquela que tem prestígio e valor social com seus valores, gostos, costumes e hábitos. A própria norma lingüística e cultural determinada pelo sistema escolar é parte do universo simbólico das famílias burguesas. O êxito ou o fracasso das crianças na escola muitas vezes resulta da distância de sua cultura ou língua em relação à cultura e à língua da escola. Por reconhecerem seu capital cultural, as crianças e jovens da classe social dominante conseguem ter êxitos na escola.

Da forma como se estruturam as políticas sociais o Estado não consegue financiar a educação como deveria e como seria necessário para promover a quebra no ciclo da pobreza, que faz com que os filhos das famílias pobres entrem no mercado de trabalho em condições de competitividade limitadas em relação aos filhos das famílias ricas, que tem acesso à educação de qualidade em instituições de ensino particulares.

Como 50% das crianças brasileiras vivem em famílias pobres e, destas, 80% não concluem o ensino fundamental, aproximadamente 40% dos adultos brasileiros no futuro não terão completado oito anos de estudos. Dificilmente conseguirão trabalho decente, com remuneração adequada. Serão os pobres do futuro, ou seja, criamos um sistema no qual reproduzimos a pobreza de nossa população (CAMARGO, 2009, p. 77)

Com relação ao volume de recursos disponível para a implementação dos programas sociais observa-se a definição dos limites de atuação do Estado. Como os recursos são escassos, a definição do grau de abrangência dos programas sociais está diretamente relacionada à definição de prioridades por parte do Estado. Importante ressaltar que, qualquer programa social gera incentivo e pode gerar vícios.

Ao prover assistência universal e gratuita à saúde, o programa estará gerando um incentivo para que as pessoas utilizem mais o sistema. A questão é como desenhar os programas de tal forma a gerar os incentivos corretos, para que sejam sustentáveis do ponto de vista fiscal, induzam a comportamentos considerados adequados pela sociedade, (como a não dependência a

tais programas), e não provoquem ineficiência na alocação de recursos. Portanto, a preocupação com o desenho dos programas é tão importante quanto a sua própria existência.

2.2- A Lei Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da promulgação da lei complementar nº 8.069, de 13 de julho de 1990, todos os municípios brasileiros passaram a ser responsáveis pela implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e demais programas previstos na lei para assegurar o direito de todas as crianças e adolescentes.

A criação do Conselho de Direitos é feita a partir da proposta de lei enviada à Câmara de Vereadores pelo Executivo Municipal. Esta proposta deve prever também a regulamentação, no município, da criação e funcionamento e escolha dos membros do Conselho Tutelar. Se o Poder Executivo deixar de tomar essa iniciativa, a sociedade pode representar ao Ministério Público para adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

2.2.1- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA -de Laranjal do Jari foi criado há 15 anos e é constituído por doze conselheiros, sendo que seis são representantes de instituições públicas e seis representantes de instituições privadas atuantes no município.

As entidades registradas no CMDCA indicam os membros para compor o conselho e os próprios conselheiros elegem seu presidente. As entidades inscritas no CMDCA são as que

possuem em seus estatutos sociais a finalidade de atuar junto à criança e o adolescente. E a inscrição no Conselho é condição indispensável para o funcionamento de tais entidades. O não cumprimento disto impossibilita o acesso a editais de subvenção do governo e demais formas de captação financeira para estas entidades.

Atualmente o CMDCA de Laranjal do Jari conta com 17 entidades inscritas e o presidente relata que a expectativa é que este número aumente para 50 entidades em 2010.

As atividades e todo o funcionamento do CMDCA está a encargo do poder público municipal que por não ser considerado um serviço prioritário não recebe os recursos e a infraestrutura necessária para atender às suas demandas.

Em virtude do forte vínculo que os representantes possuem com poder público municipal as ações são condicionadas a fatores que por vezes fogem aos princípios do Conselho, que por não ter ainda adquirido sua autonomia encontra-se subordinado e dependente dos revezes que a política sofre no município.

Na ocasião da realização deste trabalho o Conselho encontrava-se desarticulado, com apenas quatro dos seus membros participando das reuniões, o que prejudica as entidades que precisam cumprir prazos para aprovação dos seus projetos para submeter aos editais de captação de recursos para seus funcionamentos. Isto trás implicações, pois prejudica ainda toda a política de ação em prol da infância e juventude que é intermediada pelo CMDCA.

Em grande parte esta desarticulação do conselho se dá pela transição da chefia do governo municipal, que neste ano passou por alto índice de instabilidade e rotatividade, tanto do chefe do governo municipal como dos secretários municipais e demais chefias, uma vez que cada prefeito que assume reestrutura seus escalões.

A principal função do CMDCA é nortear as ações voltadas à Criança e Adolescentes em âmbito municipal. É ele quem cria os parâmetros do Conselho Tutelar e demais instituições que atuam em Laranjal do Jari. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Laranjal do Jari incentiva as entidades que atuam em prol da causa da infância e juventude a assumir ações de enfrentamento das principais mazelas presentes no município, como a pedofilia, o trabalho infantil, a violência física e a exploração sexual.

O conjunto das ações de enfrentamento destas problemáticas é o cerne da ação do CMDCA, que objetiva minimizá-las em curto prazo, contando com isso com a mobilização dos demais setores, na formação do que é denominada “a rede do bem”.

Entende-se então, que apesar dos diversos problemas que ocorrem com o município laranjalense com relação ao desenvolvimento da criança e do adolescente, ainda há um grande descaso do governo municipal, pois durante 15 anos de sua existência pouco tem dado importância para essa fase fundamental da vida do ser humano, impossibilitando as entidades de realizar projetos para um melhor encaminhamento destes jovens.

2.2.2- Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA criou a resolução para estabelecer os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, atribuindo aos Conselhos tutelares, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Tais parâmetros são os referenciais que devem nortear a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares nos Municípios, estabelecendo os limites institucionais a serem cumpridos por seus membros, pelo Poder Executivo Municipal, em obediência às exigências legais.

Segundo estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, é obrigação de todos os municípios, mediante lei e independente do número de habitantes: criar, instalar e ter em funcionamento, no mínimo, um Conselho Tutelar enquanto órgão da administração municipal. Sendo que cabe à câmara legislativa municipal explicitar a estrutura administrativa e institucional necessária ao adequado funcionamento do Conselho Tutelar.

De acordo com as informações do atual presidente do Conselho Tutelar de Laranjal do Jari, a Lei Orçamentária Municipal de Laranjal do Jari pressupõe a dotação para o custeio das

atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com subsídios e capacitação dos Conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas necessárias para manutenção do bom funcionamento do Conselho Tutelar Municipal.

O Conselho Tutelar, enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, não se subordina aos Poderes: Executivo municipal, Legislativo Municipal e ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público. Ele desempenha funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. As principais atribuições do Conselho Tutelar, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se for o caso, aplicar as medidas de proteção previstas na legislação ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça e/ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Para o CONANDA os Conselhos Tutelares constituem um dos instrumentos mais importantes do *Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente*, como órgãos públicos encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, daí a necessidade de serem implantados em todos os municípios brasileiros.

Ainda segundo o presidente do Conselho Tutelar, em Laranjal do Jari o Conselho Tutelar foi criado há 12 anos. É mantido pelo poder público municipal, recebendo doações esporádicas de outras entidades, como o Ministério Público que efetua doações de móveis e computadores.

O Conselho tutelar é composto por cinco conselheiros escolhidos entre os munícipes pelo voto direto para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição para igual período. O conselheiro pode se candidatar novamente para ocupar cargo no conselho desde que se afaste por um mandato.

A atuação do Conselho Tutelar é de 24 horas por dia, sendo que para tal existe sempre um conselheiro de plantão domiciliar, para garantir o atendimento à população e principalmente à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A equipe é composta ainda por um motorista e uma secretária. Apesar do empenho dos conselheiros a abrangência do Conselho Tutelar no município é limitada. E muitos casos de violência física, negligência, ou seja, casos em que os direitos das crianças e adolescentes são feridos por ação ou por omissão não recebem a devida atenção e o devido encaminhamento do Conselho Tutelar pela falta de estrutura, o que não é um fenômeno que assola apenas laranjal do Jari.

As intervenções do Conselho Tutelar são sigilosas e apesar das dificuldades, muito dos casos a ele encaminhados têm desfechos exitosos, seja através das resoluções de sua competência, quanto os que carecem de encaminhamento ao Ministério Público.

Para todas as categorias de entrevistados – Crianças e adolescentes, Família e Profissionais que atuam com crianças e adolescentes do bairro Malvinas – perguntou-se: “Como você vê a atuação do Conselho Tutelar no seu município?” e obteve-se respostas diversas, das quais selecionou-se as que seguem:

O Conselho Tutelar precisava ser mais atuante, no município, mas a falhas que apresenta não se deve aos profissionais que estão à frente, mas sim às dificuldades de recursos que eles têm. A visão que o senso comum desenvolve a cerca do Conselho Tutelar restringe a coibir a violência física doméstica. Ele tem essa função, mas não apenas esta. Como já exposto, ele é responsável pela garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes e qualquer ação que limite o usufruto destes direitos demanda por uma intervenção do Conselho.

2.2.3- A Lei: Estatuto da Criança e Adolescente

A lei número 8.069/90, que é o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA em vigor desde 1990 veio a proteger, integralmente, a criança até 12 anos de idade e o adolescente entre 12 e 18 anos, e excepcionalmente, os menores na faixa etária entre 18 e 21 anos, assegurando-lhes todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, que deverão ser respeitados,

prioritariamente não só pela família, pela sociedade, como também pelo Estado, sob pena de responderem pelos danos causados.

O ECA foi gestado por 18 meses pela sociedade brasileira, resultou da fusão de duas emendas populares, que levaram ao Congresso cerca de 200 mil assinaturas de crianças e adolescentes, por isso ele é considerado uma grande conquista de participação e junção de esforços, pois em sua elaboração trabalharam juristas e pessoas de diversas instituições espalhadas por todo o país.

O ECA corresponde, no ordenamento jurídico do país a uma lei complementar, e veio substituir o Código de Menores que era de 1979. Com o ECA foram renovadas as nomenclaturas e abolido o termo estigmatizador de “menor” com sentido pejorativo e marginalizador.

Na primeira parte o ECA elenca os direitos fundamentais da infância e adolescência, sem exclusão de qualquer natureza e na segunda parte define as diretrizes e bases da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco social e pessoal. As disposições finais e transitórias normatizam sua aplicação e define sua estrutura e mecanismos para concretização.

O ECA se aplica a todos os menores de 18 anos em qualquer situação e até essa idade, todos são menores para efeitos penais e estão sob tutela do estatuto. Ele foi criado para regulamentar as conquistas em favor da criança e do adolescente, obtidas na Constituição

Federal de 1988, pois o 'caput' do art. 227, preceitua que: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência física, crueldade e opressão."

No Estatuto a criança e o adolescente foram constituídos como prioridade absoluta. Para assegurar a nova política de atendimento, o ECA traça seu perfil básico, estabelecendo a Criação dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Capítulo II- Art. 88); A manutenção de Fundos Municipais, Estaduais e Nacional, ligados aos Conselhos de Direitos e a Municipalização do atendimento.

3- A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL EM LARANJAL DO JARI

3.1- Caracterização Sócio-Econômica da Cidade de Laranjal do Jari

O levantamento das características sócio-econômicas do município de Laranjal do Jari foi estruturado segundo dados presentes no *Levantamento das potencialidades: Vocações e vantagens comparativas do município de Laranjal do Jari*, do geógrafo Daniel Araújo além de outras fontes.

Segundo ARAÚJO (2002, p. 12) O Município de Laranjal do Jari, foi criado em 17 de Dezembro de 1987, é o terceiro maior do estado do Amapá está localizado na Região sul ocidental do Estado. Faz fronteira ao Norte com o Suriname e Guiana Francesa, a Leste com Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Mazagão ao Sul com Vitória do Jari, vizinho da sede do Município e à Oeste com o Estado do Pará, vizinho também da sede do município, tendo como divisor apenas o rio Jari. A travessia leva aproximadamente 3 minutos de catraia, transporte mais usado para passageiros e balsa para veículos. Atualmente está sendo construída uma ponte sobre o rio Jari.

A Área do Município é de 31.170,20 km², e corresponde a 21,70 % da área do Estado do Amapá. Segundo dados do Censo Demográfico – 2005 do IBGE, a População é de 35.872 habitantes.

Laranjal do Jari nasceu “Beiradão”, palavra que soa como um apelido pejorativo que a população prefere não lembrar, pois remonta uma história de exclusão e violência física.

A origem de Laranjal do Jari, como toda a história do Vale, passa pela implantação do Projeto Jari, um dos Grandes Projetos da Amazônia, implantados na região Norte do Brasil na década de 70.

O Projeto Jari executou a construção de uma infra-estrutura de cidade em Monte Dourado, em que só podiam residir funcionários ligados ao Projeto. Sabe-se que implementar a construção de uma cidade não é fácil e exige mão-de-obra em abundância. Surgiram, então, milhares de empregos na construção civil e em outros setores da Jari e houve muita migração para o Vale do Jari. Os que eram desligados do Projeto não podiam residir em Monte Dourado e ocuparam a margem esquerda do Rio Jari, no lado amapaense, morando nas palafitas que foram

se formando, e fazendo seu jeito peculiar de existir, ao inverso da cidade projetada e bem estruturada do outro lado do rio.

As construções feitas de maneira desorganizada e sem planejamento prévio dificulta o atendimento à população quanto à remoção de lixo, o acesso de ambulâncias e etc.

Figura 1 - Orla de Laranjal do Jari



FONTE: Defesa Civil. 2008.

O mesmo fenômeno acontecia nas imediações da Fábrica, em Munguba e deu origem ao “Beiradinho”, hoje Vitória do Jari. Porém a maior problemática residia no “Beiradão”, gerando desavenças com o poder instituído pela Jari, pois essa aglomeração de palafitas foi se formando contra a vontade de Daniel Ludwig (americano dono do Projeto Jari na época) que tentou impedir radicalmente, segundo historiadores, seu surgimento e desenvolvimento, ordenando a derrubada dos barracos com motosserra. O Governo do território do Amapá teve uma

intervenção a favor dos moradores, e a ocupação, mesmo desordenada e sem nenhum planejamento, se deu, e a cidade surgiu pela resistência e teimosia do seu povo.

O Município fica a 280 km de distância da capital, Macapá, pela Br 156, não pavimentada e em precário estado de conservação. Por via aérea torna-se necessário o deslocamento à Monte Dourado, onde existe um aeroporto servido por vôos diários de empresas regionais. Laranjal do Jari conta com uma pista de pouso sem pavimentação e que é usada pelas aeronaves que abastecem os garimpos de ouro da região. Por via fluvial existem linhas regulares para Macapá, Belém e Santarém, utilizando o rio Jari.

O Saneamento é de responsabilidade da CAESA, é precário e insuficiente e fornece água tratada que abrange apenas 50% da população localizada na sede do município e saneamento básico (esgoto) inexistente.

A principal atividade econômica do Município de Laranjal do Jari é a prestação de serviço, mão de obra para a CADAM, Jari Celulose, Orsa Florestal, Marquesa e demais empresas prestadoras de serviço para as empresas principais, que se localizam do outro lado do rio, em Munguba e Monte Dourado, distritos de Almeirim/PA.

A Principal produção de Laranjal do Jari é a extração mineral, madeira, castanha-do-brasil e agricultura, que sendo explorada corretamente traria grandes benefícios para o município.

Infelizmente a história de Laranjal do Jari, sua produção e suas belezas locais, não são as que residem nos noticiários, mas notícias como esta: “Um recorde brasileiro: A conturbada história do Beiradão, a cidade nascida à sombra de um projeto de milhões de dólares se tornou a maior favela fluvial do mundo” (CAVALCANTE, 2002. p. 122, apud ARAÚJO, 2002, p. 12).

Laranjal do Jari está situado em áreas alagadas e terras firmes. Acumula uma triste história de degradação da vida humana, com grande parte da sua população vivendo em palafitas, sem saneamento, em situação de extrema pobreza.

Assim como outros municípios da Região Norte do Brasil, Laranjal do Jari sofre com a carência de saneamento básico, tendo um sistema deficiente de coleta de lixo e na região em que se concentra a maioria da população, o sistema é inexistente. O lixo é depositado no rio, ao lado

e sob as casas o que leva a proliferação de doenças infecto-contagiosas, gastro-intestinais, problemas respiratórios, etc. Muitas palafitas têm como fossas o próprio rio. A falta de saneamento é gritante e chega ao extremo da população que reside à beira do rio usar a água poluída por eles mesmos para uso doméstico.

Figura 2 - Passarela de acesso às residências no Bairro Malvinas



Fonte: Acervo particular. 2009.

Em Laranjal do Jari são registradas diversas ocorrências provenientes de violência física doméstica e da desavença entre integrantes de gangues que assolam o Município. Não são raros os casos de violência física entre os alunos dentro das escolas, chegando a ter havido esfaqueamento de um aluno por um colega de turma em plena sala de aula. As armas mais

usadas são terçados e facões, e é comum encontrar jovens mutilados (mãos, antebraços) pelas ruas, vítimas da violência física. Outro marco da degradação humana que assola a comunidade laranjalense, sobretudo a parcela da população mais desprovida de recursos, diz respeito à prostituição infanto-juvenil. Adolescentes e jovens disputam espaço na noite, vendendo seus corpos, sonhos e esperanças, perdendo sua juventude e a perspectiva de uma vida melhor.

Muitos casos de prostituição infantil acontecem com o consentimento deliberado da família, que negocia a dignidade de suas filhas buscando amenizar a miserável condição de subsistência a que são submetidos.

A falta de uma maior atenção à juventude impulsiona o uso e abuso de drogas. O jovem laranjalense é alvo fácil de aliciamento para o mundo das drogas, sejam nos inúmeros bares, ruas e escolas.

Entende-se que todo esse flagrante de degradação com a vida no momento em que deveria receber o maior investimento e atenção da sociedade, por estar em desenvolvimento é provocado pela desestruturação familiar, falta de trabalho e de opções de lazer para os jovens. Enfim pela falta de mecanismos que resgatem a juventude e conduzam à criação de alternativas de vida e aprendizado, e seu começo é a partir do primeiro grupo social no qual o ser humano convive, que é o grupo familiar.

3.1.1- Perfil Social das famílias de Crianças e Adolescentes do Bairro Malvinas

Dos 35.872 habitantes (IBGE/2005) DE Laranjal do Jari, aproximadamente 6.000 deles vivem no bairro Malvinas, o que é uma mudança significativa, pois na década de 1990 59,9% dos domicílios de Laranjal situavam-se à beira-rio, principalmente nos bairros Samaúma, Malvinas, Comercial, Três Irmãos e Santarém. Esta mudança deve-se principalmente ao aumento da população, sendo que outros bairros têm atraído moradores e comerciantes, como o Agreste, o Castanheira, o Cajari e outros que não eram muito habitados na década de 90.

A figura 3 mostra a orla do município de Laranjal do Jari para que se tenha uma idéia da localização do bairro Malvinas.

Figura 3- Vista aérea dos bairros de Laranjal do Jari.



FONTE: IBAMA 2008.

O bairro Malvinas assenta-se sobre área de várzea e muitos de seus moradores deslocam-se por passarelas de madeira para chegar às suas casas, sendo que ainda é grande o número de palafitas. O bairro tem a sua associação de moradores, escola pública e poucas opções de lazer. O presidente da associação de bairro tem tentado criar uma escola de informática para os adolescentes do bairro. E ele também diz que tem acessado a polícia civil, a polícia militar para que ajudem de alguma forma e tem percebido uma intenção real por parte das autoridades para ajudar com relação à violência ocorrida no bairro Malvinas.

3.2- A Violência infanto-juvenil no Bairro Malvinas

Da Matta (1982, p.24) afirma que a violência pode ser uma “maldade humana” ou uma “vingança”. Na primeira as relações são pessoais, pois ocorre no âmbito doméstico e há um claro desequilíbrio de forças; Na segunda, as relações são impessoais, pois ocorre na rua, e acontece quando parece não haver lei, daí indivíduos tentarem tomar a justiça nas mãos.

Acrescenta este autor que a violência não surge como um estado da sociedade, mas como um mecanismo. Uma fórmula pela qual se pode fazer aquilo que se deseja, mesmo destruindo os espaços morais dos outros.

Alguns autores acreditam que o adolescente usa a violência física com a intenção de obter poder, Arendt discorda deste posicionamento, como demonstra sua afirmação:

Em termos de política, não basta dizer que violência e poder não são a mesma coisa. Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder.[...] A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo” (ARENDR, apud SCHILLING, 2004, p.59).

Há que se pensar também que o adolescente pode pensar em usar a violência física para interagir com a sociedade de consumo e nela ingressar. Convém lembrar que a atual sociedade neoliberal na qual estamos inseridos estimula a exacerbação do individualismo, e a busca por símbolos de *status* faz surgir à flor da pele o lado obscuro do ser humano.

A admiração pública é algo a ser usado e consumido; e o *status* como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra; a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome (ARENDR, apud SCHILLING, 2004, pg.59).

Aliás, a própria desigualdade econômica e social é em si um ato de violência física por que inibe a possibilidade dos pais proverem o sustento adequado aos seus filhos. Como aponta

Foucault, as lutas já não são pelo retorno aos antigos direitos, mas pelo *biopoder*, ou seja, o direito à vida plena, não só as demandas fisiológicas imediatas necessárias à sobrevivência, mas também “a essência concreta do homem, a realização das suas virtualidades, a plenitude do possível” (Foucault, 1985, p. 136).

Estatuto da Criança e do Adolescente, Cap. 1, art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A expressão “com absoluta prioridade” não deixa dúvidas quanto à importância da criança e do adolescente na sociedade. E o artigo 5º declara:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Muitos pais são negligentes por que são negligenciados pelos governantes. “O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado, é uma violência física” (ODALIA, 1989, p.30)

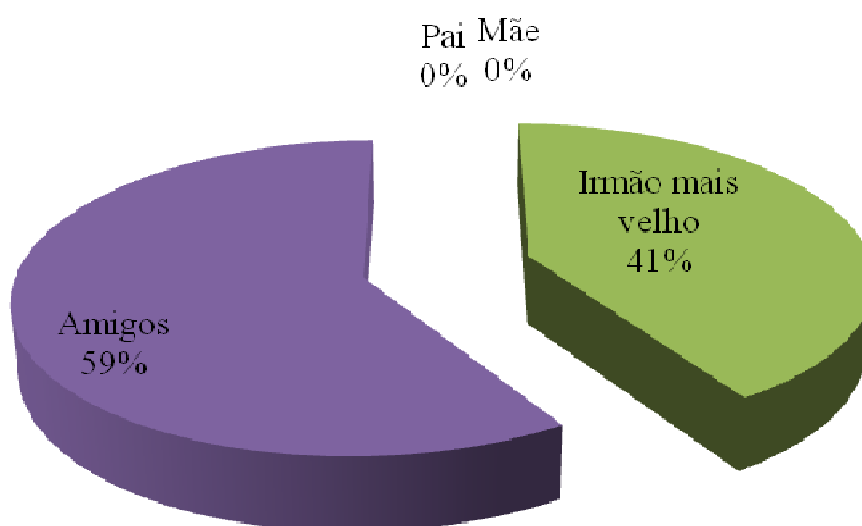
Por perceber a impossibilidade de mobilidade social em um país tão desigual (rico que produz multidões de pobres), o adolescente pode tornar-se violento para subir na vida a qualquer custo.

Contudo, seria uma temeridade afirmar que todos os pobres são violentos e criminosos. Por que muitos desfavorecidos econômica e socialmente não buscam a solução para os seus problemas através da violência física e do crime? Por que a forma com que interagem com as suas redes de proteção (família, igreja, escola, etc) os supre dos valores éticos e morais inexistentes nos violentos.

Em questionário dirigido às crianças e adolescentes do bairro Malvinas foi perguntado a quem eles se dirigiam quando sentiam a necessidade de dialogar sobre seus problemas, ou seus

conflitos internos ou simplesmente queriam compartilhar com outra pessoa o que vivenciavam no seu dia a dia.

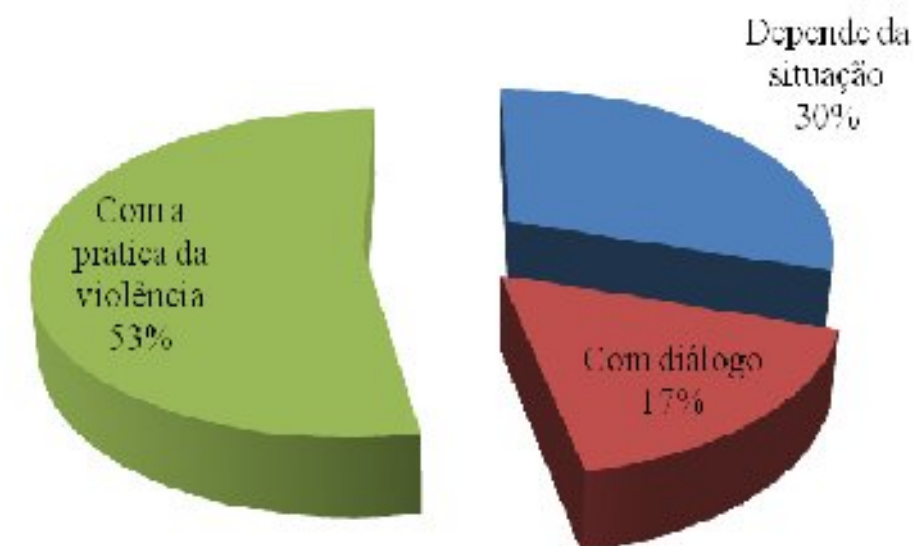
GRÁFICO 8: A QUEM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONFIDENCIAM OS ACONTECIMENTOS DA VIDA



Fonte: Crianças e adolescentes residentes no Bairro Malvinas. 2009.

59% das crianças e adolescentes pesquisados, afirmam confidenciar os acontecimentos da sua vida com os amigos, 41% afirmam confidenciar esses acontecimentos com o irmão mais velho e nenhum dos pesquisados disse confidenciar os acontecimentos de sua vida com o pai ou mãe.

Este é um dado interessante, pois confirma a fragilidade dos vínculos entre os pais e filhos levando-os a receber orientações de pessoas nem sempre qualificadas para tal.

GRÁFICO 9: RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS DO DIA-A-DIA

Fonte: Criança e adolescentes residentes no Bairro Malvinas 2009.

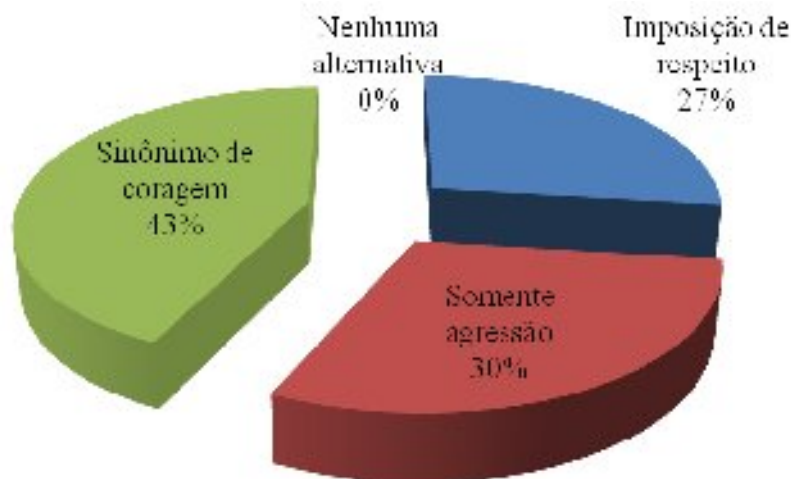
Em resposta a pergunta “Como você resolve seus conflitos ou suas desavenças com pessoas do seu convívio (escola, família ou bairro)”, 53% dos entrevistados admitiram recorrer a prática de violência física para resolução dos seus conflitos, 30% dos entrevistados admitiram que depende da situação e apenas 17% dizem dialogar para resolver estes conflitos ou desavenças.

A entrevista realizada com profissionais que atuam com as crianças e adolescentes pesquisados mostra que todos os entrevistados já tiveram contato com situações de violência física consigo ou com outros profissionais conhecidos. O relato de uma professora de Língua Portuguesa e Literatura, da Escola Sônia Henriques Barreto revelou um desses fatos:

Na saída dos alunos, uma menina, do nada, puxou o cabelo da colega que estava andando na frente, e a briga começou. Por coincidência eu estava no portão e separei as duas e na sala da pedagoga as meninas confessaram que a origem da confusão era a suspeita de que uma estava falando mal da outra. Ou seja, por motivos banais elas já recorrem à violência física. [...] eu abordo nos meus textos assuntos que estimulam a paz e o combate à violência física. [...] A escola procura combater a violência física nas reuniões com a família, mas já está enraizado na cultura deles. (Entrevista concedida em 15/12/2009)

O relato da professora revelou ainda a naturalidade frente aos casos de violência física que a família demonstra ao ser convocada pela escola quando os alunos se envolvem com tais atos. Isso ratifica os dados da entrevista com as crianças e adolescentes, que mostram que de tanto presenciarem atos de violência física não hesitam e recorrer a eles, muito menos hesitam em revelar essa prática, que em muitas situações pode causar constrangimento. Quando a professora menciona que os motivos são banais, registre-se que por não terem nada, resta-lhes apenas se apegarem a coisas tais como honra e dignidade. Daí, tomarem medidas extremas em situações que outros membros da sociedade tentariam resolver de outra forma.

GRÁFICO 10: O SIGNIFICADO DE VIOLÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PESQUISADOS



Fonte: Crianças e adolescentes residentes no Bairro Malvinas, 2009.

A prática de violência física se cristalizou no cotidiano do bairro, de forma que a concepção que as crianças e adolescentes têm da violência física se diferencia e adquire conotação de naturalidade, isto é demonstrado nos dados da pesquisa, no gráfico acima, quando se pergunta o significado de violência para eles. Obteve-se o seguinte resultado: 43% consideram a violência física como um sinônimo de coragem. Dos entrevistados, 27%

consideram a prática de atos violentos como uma estratégia de imposição de respeito e 30% acreditam que a violência física é somente um ato de agressão conforme demonstrou o gráfico. Comparando com a pergunta feita aos pais a cerca do meio que usam para educar seus filhos a maioria respondeu que recorrem ao diálogo, entretanto, verifica-se o relato dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes do bairro, dos percentuais relacionando a mesma questão com os filhos, onde demonstram que os pais respondem de acordo com o que consideram ideal, mas que o cotidiano influencia muito na hora de colocar em prática a educação dada a essas crianças e adolescentes.

Segundo Szymanski, (2002, p.21) “Os pais, em especial os das camadas empobrecidas da população, assumem práticas educativas cada vez mais punitivas e violentas, na crença de que evitarão que seus filhos sejam cooptados pelo tráfico de drogas”. Paradoxalmente, muitos pais usam da violência física para dar uma lição ou punição aos filhos, para que no futuro os mesmos não sejam vítimas da violência física.

Giddens (2005, p. 23) explica que vários conjuntos de fatores fazem da violência física doméstica um lugar comum, entre eles a combinação entre a intensidade emocional e a intimidade pessoal características da vida familiar.

Os laços familiares estão normalmente carregados de fortes emoções, misturando amiúde amor e ódio. As brigas que surgem no ambiente familiar podem desencadear antagonismos que não seriam sentidos da mesma forma em outros contextos sociais. O que parece um incidente sem importância pode presentear gigantescas hostilidades entre os cônjuges ou entre pais e filhos. Giddens (2005, p. 23)

Anterior a qualquer outra forma de violência física, dentro da família existe a “violência física simbólica” como em qualquer outro grupo ou classe social. Gestos e olhares bastam para que os filhos entendam a aprovação ou não de suas atitudes por parte dos pais.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e [...] assim, segundo [...] Weber, para a “domesticação dos domesticados” (BOURDIER, 1989, p.11)

A violência física doméstica ocorre no outrora sagrado reduto privado do lar, porém fatores diversos vêm minando a relação que deveria ser respeitosa entre os membros que dividem o mesmo lar. Tentando impor os seus argumentos ao adolescente, os pais muitas vezes usam da violência, seja ela física, moral ou psicológica.

Violência doméstica contra criança e adolescente representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da influência, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (SILVA apud GUERRA, 2001, p.84)

Ainda segundo o autor, a violência física doméstica ocorre mais (porém não exclusivamente) em famílias que vivem em condições mais precárias e estressantes, como o desemprego, a pobreza. Tal violência gera danos psicológicos e sociais (depressão, ansiedade, dificuldade de interação, prostituição) e leva muitas crianças e adolescentes a abandonarem o lar, carregando consigo toda a carga emocional negativa acumulada e que poderá vir à tona transformada em violência física.

3.2.1- O Uso da Violência e o Meio de Sobrevivência

Faz-se necessário diferenciar as modalidades principais de violência doméstica. Para Guerra (1985, p. 15), os tipos de violência doméstica são os seguintes: *violência sexual*, que envolve atos hetero ou homossexuais entre o adulto e uma criança ou adolescente para obter estimulação sexual para si ou para outrem; *violência psicológica*, que ocorre nas ocasiões em que o adulto ameaça e deprecia a criança causando-lhe sofrimento mental; *negligência*, que representa a falha ou omissão dos pais ou responsáveis em prover as satisfações físicas e emocionais dos filhos; e *violência física*, que representa toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal sendo um só continuum de violência.

O mundo das propagandas causa grande impacto sobre os jovens e a mídia se encarrega cada vez mais de proporcionar cobiças que muitos não podem ter, e como nos referimos aqui a crianças e adolescentes violentos, certamente este é um fator favorável para despertá-los a agressividade, já que impossibilitados de uma situação econômica favorável, tendem a enveredar pelo caminho da violência física para suprir suas necessidades.

A desestruturação familiar em questão transfere à criança e ao adolescente a responsabilidade de construir sua proteção sem base alguma, os impossibilitando assim, de seguir um caminho adequado de vida. E como maior fator gerador, tem-se a falta de planejamento familiar que vai desencadear diversos problemas econômicos e sociais.

A inexistência de satisfações substitutivas às moções pulsionais recalçadas, assim como falta de limites ou o excesso de satisfação, podem gerar violência física ou atos de delinquência. A frustração oriunda de tendências pulsionais recalçadas faz com que o psiquismo procure outras formas de descarga de energia como é o caso de alguns comportamentos anti-sociais. Ao mesmo tempo, e aqui se constitui o paradoxo de ser humano, revoltar-se contra a civilização, contra o Outro (contra a cultura, o mundo, as leis), percebê-la como uma instância hostil é revoltar-se contra aquilo que constitui o próprio homem, o que aumenta ainda mais a frustração e a angústia. (CICARELLI, 2009, p. 04)

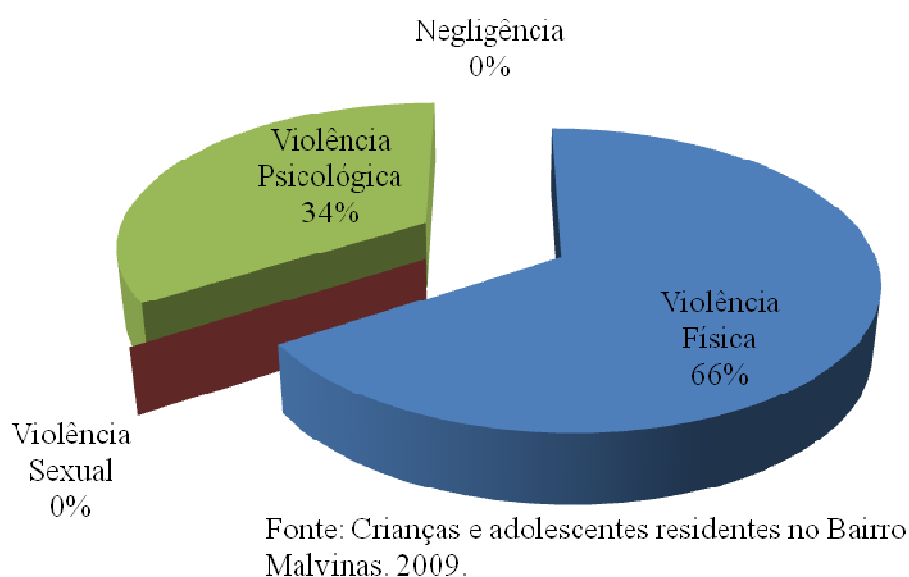
Cicarelli expõe que a criança ou o adolescente que age da maneira que a sociedade espera, pode-se voltar violentamente contra a sociedade que não o inclua no processo de satisfação de suas necessidades, por exemplo, a incapacidade de conseguir trabalho.

Uma pesquisa feita com crianças da periferia mostra que, como qualquer criança, elas têm sonhos para o futuro baseados em modelos identificatórios: querem ser bombeiros, policiais, médicos, etc. A partir dos 10/11 anos estes sonhos desaparecem e, grande parte deles são obrigados a roubar, vender drogas, prostituir-se como única possibilidade de sobrevivência. Numa escala mais ampla, temos os assaltos, sequestros, estupros e outras tantas condutas violentas e mortíferas perpetradas por aqueles que não têm nenhuma razão para respeitar as imposições sociais quando a própria sociedade os relega ao degredo. (CICARELLI, 2009, p. 04)

Várias questões são levantadas a respeito dessa temática, permitindo assim uma busca constante para que fatores como a necessidade de sobrevivência e a miséria, existentes em vários lares, não se propaguem e permitam desajustes que certamente afetarão a parte mais indefesa da família.

GRÁFICO 11- VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Por ocasião da pesquisa de campo inquiriu-se das crianças e adolescentes sobre o tipo de violência a que estão expostos no seu cotidiano, seja em casa, no bairro ou escola, etc.



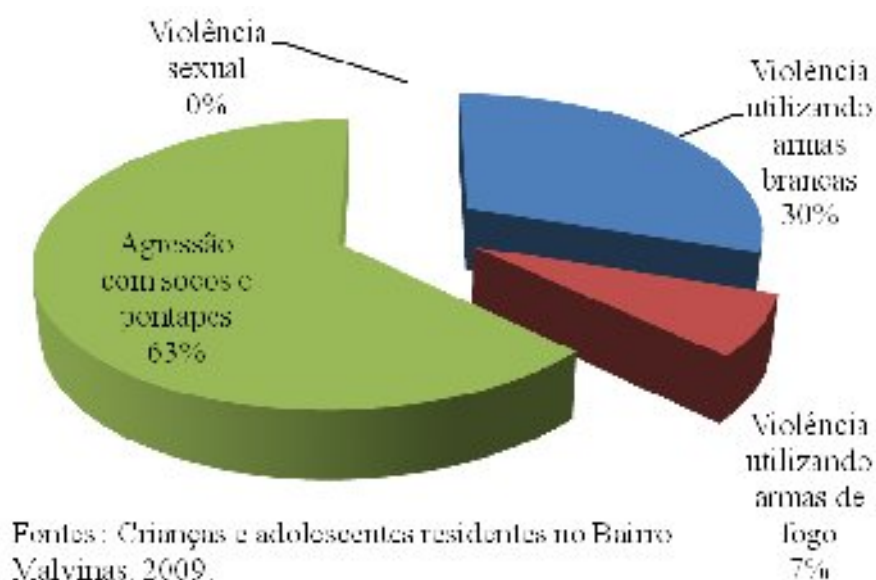
O resultado da pesquisa foi que 34% dos pesquisados revelaram sofrer cotidianamente violência psicológica e 66% revelaram sofrer violência física, os demais tipos de violência, como a sexual e negligências não foram citadas pelos pesquisados. Porém o fato de não se referirem aos demais tipos de violência não é sinal de que não são sujeitos a elas, pode-se deduzir que não foram mencionadas em virtude de outros fatores, como constrangimento, no

caso de violência sexual, ou por sequer considerar como um tipo de violência, como no caso de negligência.

Ao serem vítimas da violência estas crianças e adolescentes tendem a se tornar agentes de atos violentos. E mesmo longe de uma resolução e caminho certo a ser percorrido, são inesgotáveis as tentativas para possibilitar a estes uma vida digna e saudável, e sendo assim, através de inúmeras alternativas, a base de todo o processo deve ser trabalhado, e este tem sua origem na família e sua estrutura. Daí o começo de um estudo mais concreto e com grandes possibilidades de execução de projetos que coloquem em prática atividades significativas que permitam a valorização desses jovens, e como consequência a inclusão no meio social.

No questionário dirigido as crianças e adolescentes, se fez a pergunta se estes já cometeram algum tipo de violência física.

GRÁFICO 12: TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Os dados comprovam que o maior percentual é o de violência física, onde 63% disseram ter cometido agressão com socos e pontapés, 30% disseram ter cometido violência com armas brancas e 7% admitiram ter praticado violência utilizando armas de fogo e nenhum dos pesquisados disseram ter cometido violência sexual.

3.2.2- Fatores implicadores de atos violentos no Bairro Malvinas

A pesquisa de campo com crianças e adolescentes do Bairro Malvinas demonstrou que as causas da violência não podem ser atribuídas a apenas um fenômeno. Para abordar a questão da violência infanto-juvenil este trabalho buscou subsídios em estudiosos como Cicarelli, Guerra, Faleiros, dentre outros, que explicam as causas da violência infanto-juvenil como um fenômeno multicausal, isto é, de causas múltiplas e que se agrava em determinados momentos, por força da ideologia, da religião, da cultura, que aparecem com maior ou menor intensidade em cada momento histórico. Tudo isso leva a constatação de que a violência física não pode ser analisada como um fenômeno isolado, dissociado do todo.

Todos são violentos e, paradoxalmente, buscam a paz. Incitar ainda a mais a violência se constitui num procedimento inadmissível quando se está diante da hipercomplexidade da vida. A violência ainda é manifestação de um primitivismo exacerbado, quando os indivíduos tinham de preservar os seus bens contra a agressão dos mais fortes. A auto-tutela foi superada pela heterocomposição e, no entanto, a cultura do conflito se mantém. (FAGÚNDEZ. 2009, p. 10)

As entrevistas realizadas com os profissionais que atuam com as crianças e adolescentes que fazem parte do universo deste estudo, com a pergunta: “A que você atribui a prática de violência física por crianças e adolescentes no bairro Malvinas?” se obteve diferentes depoimentos, aqui se selecionou alguns deles:

A violência é o resultado de todo o processo que envolve o uso e abuso de drogas, sejam ilícitas ou liberadas como álcool, falta de bons exemplos, de valores éticos bem estruturados, dos valores familiares dos valores cristãos. João Paulo (Entrevista concedida em 18/12/2009).

Acredito que a própria formação do bairro Malvinas levou a isso [prática de atos violentos]. O bairro foi formado por posseiros que não encontraram oportunidade no Projeto Jari e se recusaram a deixar a região. Foram expulsos e resistiram. Tiveram os barracos destruídos com moto-serra e mesmo assim ficaram, então é a fibra dos primeiros moradores que faz com que o bairro seja assim. Maria das Graças. (Entrevista concedida em 15/12/2009).

A juventude de hoje tem uma grande escola de violência, na televisão, no computador. A família não tem mais tempo para ensinar o caminho reto. Aqui o problema é maior por causa da pobreza que é grande. Mas isso é geral. Fábio Luis (Entrevista concedida em 18/12/2009).

É uma questão estrutural, que tem como origem as condições de vida das famílias, que são excluídas socialmente. Os pais vítimas de todo um sistema que os impossibilita de usufruir dos bens que necessitam para subsistir com dignidade são levados a negligenciar seus filhos. É fácil cobrar destas famílias maior preocupação com a educação dos filhos, mas eles precisam se preocupar com a moradia inadequada, com a alimentação insuficiente, com a falta de emprego ou com o trabalho mal pago. Sem falar que estes pais foram também negligenciados pelos seus pais e estão reproduzindo a educação que receberam. Fernando Monteiro (Entrevista concedida em 18/12/2009).

Estes depoimentos mostram que vários fatores contribuem para o aumento da violência cometida por crianças e adolescentes, entre eles, os que estão expostos às drogas e ao álcool, ou ainda, o maior reflexo encontra-se na falta de políticas públicas para o bairro Malvinas, no sentido de promover programas sociais para tirar crianças e adolescentes das ruas, assim como oferecer mais oportunidade de trabalho aos pais dos envolvidos neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo a principal preocupação a ser investigada girou em torno da questão de crianças e adolescentes que se envolvem em atos violentos no bairro Malvinas, em Laranjal do Jari. Neste sentido, detectou-se que vários fatores têm contribuído para esta problemática. Entre eles, ao analisar o papel da família na vida das crianças e adolescentes de Laranjal do Jari. Verificou-se um baixo índice de família vivendo o modelo nuclear tradicional, os questionários aplicados revelaram que a grande maioria é de famílias monoparentais, destacando-se a figura feminina como chefe de família.

No contexto de famílias morando neste bairro, percebeu-se um grande índice de “arranjos familiares” que por vezes, ocorrem para aumentar a renda familiar em função da carência, muitas vezes, os pais precisam se ausentar do lar para trabalhar deixando seus filhos aos cuidados de tios, avós ou vizinhos impossibilitando assim essas crianças de serem educadas por eles próprios, contribuindo para as crianças e adolescentes adquirirem hábitos inadequados.

Diferente do que possa parecer, a família nuclear não é uma instituição natural, pois adquire modelos diferentes conforme as necessidades da época. Porém, independente do modelo, espera-se que a família prepare o indivíduo para viver no tipo de sociedade em que está inserido. Porém, quando a criança e o adolescente são criados por diferentes pais e mães, devido a uma segunda ou terceira união, a educação se dá de modo diferente.

Acredita-se que a família é a instituição responsável pela formação da identidade social do indivíduo espera-se que ela possa ser dotada de instrumentos que permitam que as novas gerações tenham condições de receber os valores, normas e costumes necessários para uma intervenção saudável e promotora de bem estar para o próprio indivíduo e para a ordem social. Como a criança e o adolescente ainda estão em fase de desenvolvimento, diferente de antigas idéias nas quais a criança seria uma réplica do adulto, é de vital importância que a família ofereça à criança e ao adolescente não somente as restrições e punições que a sociedade exige, mas também o afeto, a proteção e a segurança que possam transformá-los em adultos e cidadãos plenos.

O estudo revelou ainda que as crianças e adolescentes têm influência direta do grupo familiar, pois a constatação de que a fragilidade nos vínculos familiares leva os filhos ao envolvimento com atos agressivos e violentos, a falta de uma educação de qualidade contribui para os desajustes de crianças e adolescentes e ainda, o meio social de privações econômicas restringe a intervenção dos pais sobre seus filhos, deixando-os fragilizados em termos de valores éticos e cidadãos.

O estudo identificou alguns tipos de violência infanto-juvenil presentes no bairro Malvinas, por viverem nas ruas, fruto da ausência dos pais e a falta de relação com as famílias. Neste sentido, o maior índice de violência detectado entre crianças e jovens é a violência física, como agressões com arma branca, socos e pontapés e até uso de arma de fogo.

Nos relatos dos educadores sociais, agentes comunitários e professores, o uso abusivo de drogas pode ser também apontado como motivador de práticas de atos violentos. Mas de todos os fatores apontados o que se manifesta com maior ênfase é a fragilidade de referências morais, distorção de valores, dificuldades no estabelecimento de limites para as crianças e os jovens, regras, dinâmica familiar comprometida, problemas culturais, barreiras sócio-econômicas, conflitos emocionais da própria criança e do adolescente.

Pôde-se perceber que o governo oferece poucas possibilidades de apoio às famílias, e no quadro laranjalense, estão o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente. Mas tais ações, não tem agido na origem do problema, ou seja, na inclusão social de tais famílias carentes em programas sociais, impossibilitando-as de receber um mínimo de estrutura para dar continuidade deste suporte às crianças e adolescentes em questão.

A violência física que faz parte de uma grande parcela da infância e adolescência do Laranjal do Jari, e em especial o bairro Malvinas, demonstra a fragilidade das estruturas sociais, as quais o governo tanto municipal quanto estadual, deveriam criar fortalecer e implementar para envolver as crianças e os jovens em programas que os tirassem das ruas e da ociosidade, lhes dando uma ocupação.

Finalmente, é fundamental o olhar dos governantes para questão tão delicada quando se trata de crianças e adolescentes em Laranjal do Jarí em vulnerabilidade. Investir, não significa somente criar conselhos e outras instituições sociais, mais, sobretudo, dar condições para que elas possam desenvolver trabalhos sociais com esta parcela da população, isto sem dúvida contribuirá para a diminuição do índice de violência no país e especialmente em Laranjal do Jarí.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Daniel. **Levantamento das potencialidades: Vocações e vantagens comparativas do município de Laranjal do Jari.** Macapá. SEBRAE. 2002.

ARENDRT, apud SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola.** São Paulo: Moderna, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Nívia Valença. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social.** Disponível em http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/viol_intraf1.pdf. Acesso em 11 de Novembro de 2009.

BOURDIER, Pierre e Passeron, Jean-Claude. **A reprodução.** Rio: Francisco Alves, 1975.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernanda Tomaz- 11ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Russel; Brasil,2007.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília: Conanda, 2002.

CABRAL, Cláudia – Org. **Trabalho social com família.** Rio de Janeiro: ABTH – Associação Brasileira terra dos Homens, 2000.

CAMARGO, J.M. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a08v18n2.pdf>. Acesso em 11 de Novembro de 2009.

CICARELLI, Paulo, in BALLONE, GJ. **Violência e agressão da criança, do adolescente e do jovem**. Disponível em <http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/conducta2.html>. Acesso em 12 de abril de 2009.

COSTA, Cristina. **Sociologia introdução às ciências da sociedade**. Rio de Janeiro: Moderna, 2004.

DA MATTA, Roberto (org.). **Universo do futebol: futebol e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1982.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Global, 1984.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Raízes da violência**. Disponível em <http://www.roney.floripa.com.br/docs/raizes.doc>. Acesso em 05 de Dezembro de 2009.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência social**. São Paulo, Cortez, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade vol. I**. Rio de Janeiro, 1985.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala – Formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 2 vols., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GUERRA, V. N. A. de. **Violência de pais contra filhos, procuram-se vítimas**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1985.

GUERREIRO, Maria das Dores. **Conceito de família**. Disponível em http://www.paisparasempre.eu/artigos/c_familia.html. Acesso em 18/09/2009

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. -4.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança de estrutura da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica I**. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Senso demográfico. 2005. Disponível em WWW.ibge.gov.br. Acesso em 18 de janeiro de 2007.

KOLOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LINS, Cristovão. **Jari: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

MARTINS, C. S. **A compreensão de família sob a ótica de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes**. 2005. 136p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (coord). **Pesquisa social – teoria métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

MOREIRA, Márcio Alan Menezes. **A democracia radicalizada: crianças e adolescentes como agentes de participação política**. Disponível em http://www.cedecaceara.org.br/files/democracia_radicalizada_0.pdf. Acesso em 18 de Dezembro de 2009.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo – SP: Editora Brasiliense, 1989.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

POSTER, M. **Teoria crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In Mulher, História e Feminismo. Cadernos AEL-IFCH, Campinas-SP, 3/4, 1995/1996.

SILVA, I. R.; NASCIMENTO, C. A. D.; GUIMARÃES, K. N. et al. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

SZYMANSKI, H. **Teorias e “teorias” de famílias**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). A Família contemporânea em debate. 6ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

APÊNDICE 1:

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BAIRRO

- 1- A QUEM VOCÊ CONFIDENCIA OS ACONTECIMENTOS IMPORTANTES DA SUA VIDA?
 PAI MÃE IRMÃO MAIS VELHO AMIGOS

- 2- COMO VOCÊ RESOLVE AS DISCUSSÕES QUE OCORREM NO SEU DIA A DIA?
 DEPENDE DA SITUAÇÃO COM DIÁLOGO COM A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

- 3- QUAL O SIGNIFICADO DE VIOLÊNCIA FÍSICA PARA VOCÊ?
 IMPOSIÇÃO DE RESPEITO SOMENTE AGRESSÃO SINÔNIMO DE CORAGEM

- 4- QUAIS OS MEIOS QUE SEUS PAIS USAM PARA EDUCÁ-LOS?
 SURRAS COM USO DE INSTRUMENTOS (SANDÁLIAS, CINTOS, ETC.) DIÁLOGO
 CASTIGO PALMADAS

- 5- VOCÊ JÁ SOFREU OU SOFRE VIOLÊNCIA NA SUA FAMÍLIA?
 SIM NÃO

- 6- QUE TIPO DE VIOLÊNCIA VOCÊ JÁ SOFREU?
 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA VIOLÊNCIA FÍSICA
 VIOLÊNCIA SEXUAL NEGLIGÊNCIA

- 7- VOCÊ JÁ COMETEU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA?
 VIOLÊNCIA UTILIZANDO ARMA BRANCA
 VIOLÊNCIA UTILIZANDO ARMA DE FOGO
 AGRESSÃO COM SOCOS E PONTAPÉS
 VIOLÊNCIA SEXUAL

APÊNDICE 2:

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BAIRRO MALVINAS

- 1- QUAL A SUA REGIÃO DE ORIGEM?
 NORTE NORDESTE SUDESTE CENTRO-OESTE SUL

- 2- QUAL O SEU ESTADO CIVIL?
 SOLTEIRO(A) CASADO(A) DIVORCIADO(A) OUTROS

- 3- VOCÊ JÁ CONSTITUIU FAMÍLIA ANTERIORMENTE A ESTA?
 SIM NÃO

- 4- QUAL A SUA RENDA FAMILIAR MENSAL?
 ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
 MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS

- 5- QUAL O PROCEDIMENTO UTILIZADO POR VOCÊ PARA EDUCAR SEUS FILHOS?
 DIÁLOGO SURRAS CASTIGOS

APÊNDICE 3:

ENTREVISTA DIRECIONADA AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DO BAIRRO MALVINAS.

1. VOCÊ CONSIDERA QUE EXISTE DIFERENÇA ENTRE O BAIRRO MALVINAS E OS OUTROS BAIRROS DE LARANJAL DO JARI EM RELAÇÃO A VIOLÊNCIA FÍSICA?
2. QUE INFLUÊNCIA A FAMÍLIA TEM SOBRE A PRÁTICA DE ATOS VIOLENTOS?
3. VOCÊ JÁ PRESENCIOU OU FOI VÍTIMA DE ATOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA PRATICADOS POR CRIANÇAS OU ADOLESCENTES DO BAIRRO MALVINAS?
4. A QUE VOCÊ ATRIBUI A PRÁTICA DE VIOLÊNCIA FÍSICA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BAIRRO MALVINAS?"
5. COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NO SEU MUNICÍPIO?